



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários. Ex.<sup>mos</sup> Srs. José Ernesto Figueira dos Reis  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 10 horas e 30 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei n<sup>o</sup> 23 e 24/VIII

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr Secretario de Estado da Administração Marítima e Portuária (Narciso Miranda) deu resposta à pergunta formulada a Sr <sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira (PS), sobre o porto de pesca de Tavira, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados David Santos (PSD) e Honório Novo (PCP)

A pergunta da Sr <sup>a</sup> Deputada Maria Ofelia Moleiro (PSD), sobre a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Maria Celeste Cardona (CDS-PP), António Calvete (PS), Ana Narciso (PSD) e João Pedro Correia (PS) respondeu o Sr Secretario de Estado do Ensino Superior (Jose Dinis Reis)

Aquele Secretario de Estado também respondeu a pergunta da Sr <sup>a</sup> Deputada Ana Manso (PSD), sobre a Escola Superior de Enfermagem da Guarda, assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Natalia Filipe (PCP) e Carlos Santos (PS), que também deu explicações a uma defesa da consideração feita pelo Sr Deputado Álvaro Amaro (PSD)

O mesmo membro do Governo respondeu ainda à pergunta do Sr Deputado Ricardo Castanheira (PS), relativa ao Programa Erasmus, mobilidade estudantil na União Europeia e eventuais propostas da presidência portuguesa, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Jose Cesario (PSD) e Pedro Mota Soares (CDS-PP)

A pergunta formulada pelo Sr Deputado Lino de Carvalho (PCP), sobre os atrasos nas obras do projecto do Alqueva, deu resposta o Sr Secretario de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento (Ricardo Magalhães). Respondeu também aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Gavino Paixão (PS) — que também deu explicações em relação a defesa da honra da bancada do Sr Deputado Lino de Carvalho —, Rosado Fernandes (CDS-PP) e Maria do Ceu Ramos (PSD)

Finalmente, o Secretario de Estado da Administração Interna (Luis Patrão) respondeu à pergunta formulada pelo Sr Deputado Luis Fazenda (BE), sobre a situação dos imigrantes a quem não é reconhecida existência legal, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Manuela Aguiar (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), Mota Torres (PS) e Antonio Filipe (PCP)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 40 minutos

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 10 horas e 30 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 António Alves Martunho  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Mamede Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José de Matos Leitão  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egito  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos

Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel António dos Santos  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Limo  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luísa Silva Vasconcelos  
 Miguel Bernardo Ginetas Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António d'Orey Capucho  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 José António de Sousa e Silva  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Luis Campos Vieira de Castro  
 José Manuel de Matos Correia  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luisa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Bloco de Esquerda (BE):**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (José Reis) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, as propostas de lei n<sup>o</sup>s 23/VIII — Altera o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira) (ALRM), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão, e 24/VIII — Altera o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n<sup>o</sup> 13/91, de 5 de Junho, na redacção e numeração da Lei n<sup>o</sup> 130/99, de 21 de Agosto (ALRM), que baixa igualmente à 1.<sup>a</sup> Comissão

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, a ordem do dia da sessão de hoje é preenchida por perguntas ao Governo.

A primeira pergunta, formulada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre o porto de pesca de Tavira, será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputado Jovita Ladeira

A Sr.<sup>a</sup> Jovita Ladeira (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária Quero, antes de mais, dar-lhe as boas-vindas a esta Casa-mãe da democracia, felicitá-lo nas novas funções que desempenha e sublinhar o contributo inestimável que deu ao poder local enquanto autarca

Sr. Secretário de Estado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional para o Algarve define, como pontos fortes, a existência de infra-estruturas portuárias, piscatórias e de fresco e, como oportunidades, o potencial do turismo, permitindo estabelecer uma relação de mercado mais profunda com a procura originada na restauração

Nas linhas de acção, o caminho indicado é o necessário desenvolvimento de infra-estruturas de enquadramento e suporte das actividades de produção

Nas infra-estruturas portuárias é bem evidente o assumir desta estratégia de desenvolvimento para o Algarve pelo Governo do Partido Socialista. A título de exemplo, temos as obras que têm sido feitas de sotavento e barlavento do Algarve, passando pela Baleeira, Portumão, Faro, Olhão e pela recente inauguração do porto de pesca e lota de Vila Real de Santo António

No concelho de Tavira, recuperaram-se os muros do Gilão, que, há dezenas de anos, estavam à espera de ser recuperados e que era uma grande aspiração para os tavirenses; a doca de recreio de Tavira, com o reperfilamento das retenções marginais e o fornecimento do equipamento flutuante, os estudos do arranjo marginal e da doca de abrigo de Santa Luzia, que são uma realidade, e o porto de pesca de Tavira, velha aspiração quer dos tavirenses quer de todo o concelho, sempre prometido, mas sempre adiado, que agora vai concretizar-se e, sublinhando, Srs. Deputados, foi o Governo do Partido Socialista que abriu esta porta

Sr. Secretário de Estado, na verdade, o porto de pesca de Tavira é uma infra-estrutura imprescindível e fundamental como forma quer de requalificação quer de revitalização de um sector estratégico extremamente importante para as populações ribeirinhas, que é a pesca.

Mas, para que as demagogias — repito, para que as demagogias — deixem de ser um lugar-comum quer nos discursos quer nas notas de imprensa de alguns políticos locais, coloco-lhe duas questões muito objectivas sobre o porto de pesca de Tavira. neste exacto momento, qual o ponto de situação sobre o porto de pesca de Tavira? Tratando-se de uma infra-estrutura com um investimento superior a mais de 1 milhão de contos, quais as razões de, no PIDDAC para 2000, estarem apenas inscritos 40 000 contos?

**Vozes do PS — Muito bem!**

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária Dispõe de 3 minutos

O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária (Narciso Miranda) — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira, é com enorme prazer que respondo a esta questão, aliás, extremamente simples

Sem tecer considerações relativamente aos exemplos que a Sr<sup>a</sup> Deputada apontou de investimentos realizados no Algarve, designadamente em Vila Real de Santo António, em Albufeira, na Baleeira, em Portimão, em Faro e em Olhão, saliento-lhe apenas que o porto de pesca de Albufeira já está a ser construído, as obras iniciaram-se há três meses, e aproveito a oportunidade para dizer que, em Olhão, a infra-estrutura de recreio foi definitivamente adjudicada há cerca de um mês

Mas no que diz respeito concretamente à sua pergunta, que tem a ver com a infra-estrutura de apoio à classe pescatória de Tavira, dir-lhe-ei que o projecto está pronto, está a iniciar-se o estudo de impacte ambiental para, em consequência disso, se introduzirem as alterações que resultarem do debate que vai ser feito, para, depois, se abrir o respectivo concurso público

A Sr<sup>a</sup> Deputada coloca-me uma outra questão muito concreta, que tem a ver com o facto de ser uma obra que custará 1 milhão de contos — dir-lhe-ei que custará 1,3 milhões de contos, portanto, 30% mais do que aquilo que está a prever —, e perguntou-me por que razões é que no PIDDAC para este ano só está uma dotação de 40 000 contos, sendo uma de 10 000 e outra de 30 000 contos

Assim acontece por uma razão muito simples, é que eu não gosto, e creio que nenhum dos Srs Deputados defende, que se executem PIDAAC teóricos ou orçamentos com realizações virtuais

Qualquer empreendimento deste género — e isto não constitui qualquer novidade, contudo creio que é a quarta vez que venho cá e que me fazem perguntas, das mais diversas formas, com o mesmo sentido —, convém que os Srs Deputados tomem consciência disto, para ser desenvolvido, para além da decisão política de o concretizar, é preciso, depois, desenvolverem-se processos administrativos impostos pela lei portuguesa

E, por isso mesmo, temos de levar em consideração o tempo necessário, imposto por lei, para realizar um projecto, para o apreciar, para se fazer o estudo de impacte

ambiental, para avaliar as conclusões do estudo do impacte ambiental e só depois desta tramitação é que é possível abrir o concurso público

Só para se abrir um concurso público — parece que estou a transmitir ideias dos procedimentos administrativos, que são, do meu ponto de vista, básicas, mas, sistematicamente, surgem perguntas sobre esta questão, que muitas vezes me fazem ficar a pensar se as perguntas são feitas apenas com o objectivo político do esclarecimento das situações ou se demonstram alguma dose de desconhecimento, quanto às regras estabelecidas na legislação portuguesa —.

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que termine, porque já esgotou o seu tempo

O Orador — desde o momento da sua abertura até à sua adjudicação, Sr<sup>a</sup> Deputada, são precisos, no mínimo, quatro meses Ora, se somarmos todos estes períodos a que me estou agora a referir, concluirão, com extrema facilidade, que, tendo um ano 12 meses, não preciso de qualquer dinheiro no ano de 2000 para se iniciar a obra, mesmo que não se desperdice um único dia relativamente à tramitação referida.

Em conclusão, dir-lhe-ei que, neste momento, o pedido do estudo de impacte ambiental está na Direcção-Geral do Ambiente, o qual se iniciará nos primeiros dias de Maio, para, depois, se avaliar a conclusão, fazendo a apreciação do estudo de impacte ambiental, em Agosto, lançando-se de seguida, se tudo correr bem, se não surgirem problemas, o concurso público em Setembro E desde esse momento até ao dia da adjudicação são precisos três a quatro meses Por isso, em Janeiro do ano 2001 começaremos a realizar a obra.

Portanto, nem precisamos dos 40 000 contos que temos no PIDDAC deste ano, a não ser para suportar as despesas do projecto

**Vozes do PS — Muito bem!**

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira, dispondo, para o efeito, de 2 minutos

A Sr<sup>a</sup> Jovita Ladeira (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, as suas declarações permitiram-me aferir do empenhamento da sua Secretaria de Estado e de V Ex<sup>a</sup> na concretização de uma velha aspiração das gentes de Tavira

Reconheço a necessidade do estudo de impacte ambiental, já que a localização do porto de pesca de Tavira fica junto, paredes meias, ao Parque Natural da Ria Formosa, portanto, é óbvio que tem de se cumprir a legislação e que todos os trâmites têm de ser efectivamente cumpridos

No entanto, Sr Secretário de Estado, aproveito a oportunidade que o Regimento me dá para colocar mais uma questão muito simples Em recente reunião havida com pescadores de Santa Luzia, Cabanas e Tavira uma questão pertinente foi levantada por eles e tem a ver com a sinalização marítima Segundo os pescadores, a balizagem existente nestes canais — Cabanas, Tavira e Santa Luzia —

foi feita pelos próprios pescadores, fruto da sua experiência e sentido de orientação, resolvendo, de um modo muito precário, esta questão

Sei da preocupação de V Ex<sup>a</sup> e da sua Secretaria de Estado relativamente a estas questões e do empenhamento e esforço no sentido de que a segurança marítima atinja, cada vez mais, padrões mais elevados

Assim sendo, pergunto, para quando a balizagem ou a colocação de sinalização marítima nestes canais, que é imprescindível para a circulação dos pescadores?

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Inscreveram-se, para pedidos de esclarecimento adicionais, os Srs. Deputados David Santos e Honório Novo.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

**O Sr. David Santos (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária. Depois dos pedidos de esclarecimento da Sr<sup>a</sup> Deputada Jovita Ladeira e das respostas dadas por V Ex<sup>a</sup>, devo dizer que ainda fiquei mais confuso, porque não percebo como é que V Ex<sup>a</sup> tem o cuidado de, em relação ao porto de Tavira, referir que não põe em PIDDAC qualquer outra verba, uma vez que este ano não vai precisar dela, quando no porto de recreio de Faro passa-se exactamente o mesmo também este ano nada se vai fazer, como sabe

Houve um parecer do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que criou algumas dificuldades ao projecto, que está parado, e o Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território referiu aqui que a componente imobiliária é que estava a inviabilizar a construção do porto de recreio de Faro, quando sabemos, pelo parecer que já foi transmitido aos Deputados que o requereram, que não é nada disso, trata-se, sim, de questões ambientais a nível da zona húmida e nada tem a ver com a componente imobiliária

Mas a minha pergunta deve também ter em conta o seguinte foi feito o discurso do estado da nação, em termos de portos, pela Deputada Jovita Ladeira

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado, peço-lhe que termine, pois esgotou o seu tempo. Como sabe, dispõe apenas de 1 minuto

**O Orador** — Sr Presidente, vou concluir muito rapidamente dizendo apenas o seguinte diz que estão a fazer-se grandes investimentos no Algarve, mas eu não consigo perceber como é que isso acontece, quando para o porto da Baleeira, em Sagres, desapareceu o investimento para este ano, quando, em relação a Tavira, apesar da explicação do Sr. Secretário de Estado, à qual ponho muitas dúvidas, refere que não vai precisar de dinheiro e que para o ano irá construir, quando, relativamente ao porto comercial de Faro, também foram reduzidos investimentos. Só foram aumentados os investimentos

Penso que, há pouco, o Sr. Secretário de Estado terá tido um lapso, pois referiu o porto de pesca de Albufeira, quando, penso, queria referir porto de pesca de Quarteira. Em Albufeira, que saímos, existe uma marina

Portanto, a questão é esta, como é que podem dizer que está tudo bem, quando só há reduções no investimen-

to nos portos, a não ser na marina de Albufeira, onde há, de facto, um grande acréscimo de investimento?!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Peço desculpa ao Sr. Deputado David Santos por há pouco o ter informado de que só dispunha de 1 minuto. Acontece que a minha edição do Regimento deve estar ultrapassada, porque, segunda ela, os pedidos de esclarecimento adicionais são feitos por tempo não superior a 1 minuto, no entanto, existe um acordo da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares que atribui 2 minutos a esta figura regimental

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo. Dispõe, para o efeito, de 2 minutos

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária acaba de referir uma coisa muito interessante, com a qual estou inteiramente de acordo. quer evitar a execução teórica dos PIDDAC. Ainda bem que assim é! Subscrevo o que disse! Espero, portanto, que, no ano 2000, não aconteça o que aconteceu no ano de 1999, com o Governo do Partido Socialista anterior àquele a que pertence, em muitos distritos, especialmente naquele de que somos originários

Nesse sentido, porque tenho a certeza de que vai cumprir a sua palavra, até espero que se mantenha nas suas funções governativas até ao fim da Legislatura, para impedir que, efectivamente, essa execução teórica do PIDDAC se faça em plenitude

Em relação à questão que nos traz aqui hoje, do porto de pesca de Tavira, gostaria que me clarificasse, dos pontos de vista técnico e metodológico, duas questões. Como sabe, há certas vozes que referem a necessidade de reorientar esse porto de pesca, dando-lhe uma componente de recreio, mas, em nossa opinião, o mais importante seria valorizar e dar condições, quer em terra, quer em mar, à componente pesca. Assim, gostaria que me informasse se, no projecto que afirmou estar concluído, existe alguma componente de recreio e, no caso de existir, se ela está, digamos assim, relativamente valorizada face à componente pesca e qual é a desvalorização que a componente da actividade económica pode vir a ter no futuro.

Em segundo lugar, gostaria de saber se o Sr. Secretário de Estado está em condições de nos confirmar que a obra irá, de facto, começar no início de 2001, conforme foi afirmado numa recente reunião no Instituto Portuário do Sul

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária** — Sr Presidente, Srs. Deputados, começo por agradecer as questões que me colocaram

Sr<sup>a</sup> Deputada, não sei a quem se estava a referir quando salientou o facto de haver pessoas que se mencionaram o desagregamento de verbas relativas a esta obra de Tavira, designadamente às dotações necessárias para a sua concretização. Confesso, com sinceridade — nem sequer é

um sinal de ingenuidade da minha parte! —, que, até este momento, não li nada sobre isso A única coisa que houve foram contactos formais e informais estabelecidos com a Câmara Municipal de Tavira, designadamente com o presidente da câmara municipal, de quem sou amigo, relativamente a esta questão

Sobre esta matéria, gostaria de dizer que o objectivo concreto de se construir uma infra-estrutura de apoio à classe piscatória de Tavira foi concretizado, pela primeira vez, do ponto de vista formal, em 1998 — no final de 1998, ou seja, no Governo anterior, no Governo presidido pelo actual Primeiro-Ministro, e, se quiser, como eu gosto de dizer, no Governo do PS Antes disso, ninguém, que eu saiba, falou sobre esta questão ou, muito menos, avançou com a criação das condições para se concretizar esse objectivo Quando digo «ninguém», estou a falar de titulares de cargos políticos, porque, obviamente, se formos a Tavira perguntar à população, aos autarcas — ex e actuais autarcas — e, sobretudo, à classe piscatória, responder-lhe-ão, com certeza, que há décadas que fazem esta reivindicação.

Portanto, estou à vontade para reafirmar aquilo que foi um início de compromisso no Governo anterior, que, depois, no ano passado, foi consagrado com a dotação de verbas e que, este ano, já podemos afirmar que não é apenas um objectivo com dotação para se iniciar o processo mas um objectivo que já está a ser desenvolvido nas tramitações estabelecidas na legislação portuguesa Isto é, o anteprojecto está feito, as regras estão definidas, o estudo de impacte ambiental está iniciado e, agora, é só acompanhamos as etapas que têm de ser cumpridas

Quanto à outra questão, a da problemática da sinalização, que nada tem a ver com esta mas que considero extremamente oportuna, dir-lhe-ei que não só nos canais que referiu mas também noutros recursos naturais que existem no Algarve, designadamente nos outros três rios que passam pelo Algarve, a sinalização vai ser concretizada Já tive oportunidade de dizer, da última vez que estive cá, que será, neste mandato, comigo, mas sobretudo com a equipa do Ministério do Equipamento Social, com o Sr. Ministro Jorge Coelho a liderar, que iremos fazer os investimentos necessários em toda a nossa costa, em todas as áreas portuárias e também em alguns dos nossos rios, não só nos que referiu mas também no rio Douro, para implementação das infra-estruturas e do equipamento necessários para a informação, o controle e a garantia da segurança de quem por lá circula Garanto-lhe que isso vai ser feito. Não posso garantir que isso seja concretizado durante este ano, mas garanto-lhe que estão a ser feitos os estudos e os projectos para se concretizar logo que os mesmos estejam concluídos

Em relação às outras duas questões que foram colocadas, Sr. Deputado, primeiro, permita-me que lhe reafirme, mais uma vez, que, em Albufeira, o que está a ser feito é um porto de pesca Sublinho, em Albufeira está a ser feito um porto de pesca! E, se alguém tiver dúvidas sobre esta matéria, vá a Albufeira ver o que está a ser feito ou, então, melhor ainda, vá perguntar aos empresários de pesca, aos comerciantes de pesca e aos pescadores de Albufeira, primeiro, o que está a ser feito e, segundo, se concordam com o que está a ser feito Porque, às vezes, há um enorme desfasamento entre aquilo que são as reais necessidades da população, entre aquilo que são as ambi-

ções que conduzem a reivindicações das populações e aquilo que é transmitido no discurso político dos legítimos representantes dessas populações É talvez por isso que, depois, se constrói uma imagem de grande distanciamento entre os titulares de cargos e as populações, os eleitores

Gostaria de pedir ao Sr. Deputado — nem sequer vou exigir mas, simpaticamente, pedir — que dê uma volta por Albufeira, fale com as pessoas, converse com os pescadores e, depois, tire as suas conclusões, porque, se possível, volto cá, à Assembleia — pois terei muito prazer, mesmo que seja a seu pedido —, para, os dois, discutirmos as conclusões da avaliação que vai fazer

Não vou esconder que há, em consequência, uma solicitação para se construir, complementarmente (não é alternativamente mas complementarmente), uma infra-estrutura de carácter turístico Mas, Sr. Deputado, não há iniciativas de carácter turístico noutras pontas do País? Não há marinhas de recreio noutras pontas do Algarve, saudadas por toda a gente? Com toda a gente a dizer que são investimentos correctos? Não há, neste momento, uma marina de recreio em Portimão, que entrou em funcionamento no último fim-de-semana? Por que é que não criticam essa marina de recreio? Por que é que não contestam a marina de recreio que foi adjudicada há um mês em Olhão?

É esta confusão que convém desfazer! Em Albufeira, está a ser construído um porto de pesca — ponto final! E em Albufeira há a reivindicação para se construir um porto de recreio, como acontece em Olhão, em Faro, em Portimão, ou em Aveiro, em Lisboa, em Oeiras, em Cascais, etc Isto é que ninguém consegue desmentir!

Sr. Deputado Honório Novo, agradeço a sua simpatia, pois, como sabe, temos excelentes relações pessoais, os seus desejos de que eu continue nestas funções, o que demonstra um sinal muito positivo e generoso da sua parte e igualmente reconhece que há um grande empenhamento, um grande envolvimento, da minha parte na concretização dos objectivos que constituem prioridades para as populações

No entanto, dir-lhe-ei que, relativamente a Tavira, as coisas estão claras o projecto é para servir os pescadores — ponto final! Essa sua pergunta é sensivelmente a mesma pergunta que já me fizeram acerca do portinho de Vila Praia de Âncora. É que, quando se faz uma infra-estrutura de apoio aos pescadores, logo aparece alguém a dizer «há 70, há 100 ou há 150 anos que se reivindica isso!», mas, a seguir, quando o Governo responde e avança com as infra-estruturas, ao contrário do que fizeram no passado, logo vem alguém dizer «mas isso não é recreio?» Isso é para a pesca?» O Sr. Deputado sabe que tenho razão no que estou a dizer, porque, tal como eu, o Sr. Deputado defende tanto o portinho de Vila Praia de Âncora como o porto de Tavira como sendo extremamente necessários

Quanto à verba, comparativamente com a de Faro, Sr. Deputado David Santos, a resposta é muito simples em Faro, foram colocadas questões no âmbito do estudo de impacte ambiental — e bem! — e não as contesto, só tenho pena que isso contribua para atrasar a obra em três meses. Em Tavira, se forem colocadas questões relativamente ao estudo de impacte ambiental, isso também vai provocar o atraso de um ou dois meses Ninguém consegue, antecipadamente, prever essas eventualidades

Quanto à verba existente neste PIDDAC, Sr Deputado Honório Novo, ela é de 10 000 contos, que é a estritamente necessária para o processo se desenvolver E quando falei em PIDDAC empolados, não me refiria aos PIDDAC dos últimos anos, refiria-me, sim, aos PIDDAC reivindicados por instituições — às vezes, até por alguns Srs Deputados e também por alguns autarcas —, que pedem verbas simbólicas Por exemplo, a Câmara Municipal de Tavira reivindicou para esta obra 0,5 milhões de contos Ora, pergunto 0,5 milhões de contos para quê? Se toda a gente sabe que é preciso fazer o projecto, se toda a gente sabe que é preciso fazer o estudo de impacte ambiental, para que é preciso essa verba? É só para constar lá no papel e para, depois, se poder dizer nos jornais e nas rádios da terra «eu consegui 0,5 milhões de contos!». Só que, depois, o resultado é rigorosamente nulo E o Sr. Deputado sabe bem que é verdade de o que estou a dizer. É só para alimentar opinião pública e desenvolver acções, eventualmente, eleitoralistas ou pré-eleitorais.

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, o seu tempo está a esgotar-se Peço-lhe que conclua**

**O Orador** — Concluo já, Sr Presidente Ora, comigo, obviamente, isto não funciona

**O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Dê esse recado ali à bancada do PS! Está a falar para o PS!**

**O Orador** — Portanto, a verba que está prevista no PIDDAC é a necessária

Quanto ao que a Sr<sup>a</sup> Deputada me perguntou, a razão pela qual, em Tavira, se discute que devíamos ter uma dotação superior, respondi-lhe muito claramente e creio que a Sr<sup>a</sup> Deputada percebeu a minha resposta Sr<sup>a</sup> Deputada, dou-lhe os meus parabéns por defender as populações do Algarve, concretamente, as de Tavira e, mais concretamente ainda, os pescadores de Tavira Defender as populações é dizer-lhes a verdade e a verdade é esta que lhe trouxe aqui, com o devido respeito pelas opiniões diferentes

#### *Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, não havendo mais inscrições, chegámos ao fim da primeira pergunta, sobre o porto de pesca de Tavira**

A segunda pergunta, sobre a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, será formulada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro, do Grupo Parlamentar do PSD, e respondida pelo Sr Secretário de Estado do Ensino Superior

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro

**A Sr<sup>a</sup> Maria Ofélia Moleiro (PSD) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, o assunto que hoje trago à consideração de V. Ex<sup>a</sup> constitui uma necessidade vital para o desenvolvimento da região de Leiria, que V. Ex<sup>a</sup> muito bem conhece, porque foi presidente da CCRC**

O distrito é caracterizado por uma forte dinâmica económica e social, emanada das sinergias criadas pelos agentes económicos e pela sociedade civil, a que o Governo

central tem estado alheio pela fraca intervenção em investimentos do PIDDAC

A região apresenta um défice na educação, pela inexistência de uma universidade pública e de pólos de ensino superior em algumas cidades sedes do concelho, provocando bloqueios ao seu desenvolvimento integrado e sustentado

O concelho de Pombal, o segundo maior do distrito em área e população, é um concelho charneira de desenvolvimento, estendendo-se da orla marítima à serra do Sítio e nele se cruzando as principais vias de comunicação, como a A1, o IC2, o IC8, a futura auto-estrada do Atlântico e a Linha do Norte, e tem crescido, à margem dos investimentos públicos, em resultado das iniciativas privada e autárquica, mas com a consciência de que só há desenvolvimento e elevação do nível de vida das populações se, a par do sector económico, das vias de comunicação, do saneamento básico e de outras infra-estruturas, o sector educativo se desenvolver também

Neste conceito de desenvolvimento integrado e sustentado, todos os sectores sociais de Pombal se têm empenhado no estabelecimento de condições para a existência de ensino superior em Pombal, vindo a reclamar a sua criação há longos anos

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL), atento às necessidades da região e à necessária articulação com a oferta de formação, após a elaboração do estudo da expansão da rede de escolas, integrou no seu plano de desenvolvimento a criação de uma nova escola superior, resultante de uma proposta inicial que eram duas escolas, uma, no pinhal interior e, outra, em Pombal

Dada a complementariedade das duas escolas, o estudo de viabilidade realizado pelo Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais da Universidade de Aveiro optou pela criação de apenas uma escola, a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, para ministrar os cursos de ciências agrárias, ramo de hortofloricultura, de gestão agrária e florestal e de ambiente e saúde pública

Para concretizar o projecto de criação desta escola superior, foi celebrado entre o IPL e a Câmara Municipal de Pombal um protocolo, pelo qual a autarquia se obrigou a ceder não só os necessários terrenos para

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se Peço-lhe que conclua**

**A Oradora** — Concluo já, Sr Presidente

Como estava a dizer, a Câmara Municipal de Pombal não só cede todos os terrenos necessários à instalação da nova escola como vai participar em 50% dos custos de construção, estando, portanto, criadas todas as sinergias necessárias para este novo polo de desenvolvimento da região de Pombal

O que lhe pergunto, Sr Secretário de Estado, é, uma vez que disse que tem uma agenda própria para o ordenamento do ensino superior e politécnico, qual é a agenda que tem para o concelho de Pombal

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra, por três minutos, o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior**

O Sr Secretário de Estado do Ensino Superior (José Dinis Reis) — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro, agradeço-lhe a sua pergunta e, particularmente, o facto de ela ter a ver com um concelho, um distrito e uma região que bem conheço.

Na realidade, o Instituto Politécnico de Leiria apresentou-nos recentemente propostas de criação de três novas escolas em Pombal, em Alcobaça e em Caldas da Rainha, sendo certo que, no caso de Caldas da Rainha, se trata da transformação de um pólo e os pólos não fazem parte da nossa política de consolidação de uma rede de ensino superior, porque não são estruturas suficientemente consolidadas e que possam reunir todos os requisitos de qualidade que queremos para o ensino superior.

Sei também que esta decisão foi tomada pelo Conselho Geral, no dia 31 de Janeiro, e que existe o protocolo que referiu com a Câmara Municipal de Pombal.

Conheço também o estudo do Centro de Estudos da Universidade de Aveiro e registo a circunstância de esta ser uma proposta que tem a ver com uma escola de ciências agrárias.

No dia 8 de Fevereiro, emiti um despacho sobre esta proposta, enviando-o à Direcção-Geral do Ensino Superior e optando por tratar este assunto no quadro posterior à aprovação, que esperamos, por esta Assembleia da lei de organização e ordenamento do ensino superior.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Vamos ver, vamos ver!

O Orador — É que esta lei tem uma visão, que queremos muito positiva, sobre algumas dimensões essenciais para analisar esta proposta.

Em primeiro lugar, tem uma noção importante de rede pública de ensino superior, entendendo essa rede como uma rede coerente, complementar e equilibrada. Portanto, há, da nossa parte, toda a disponibilidade para analisar esta proposta do ponto de vista do contributo que ela traz à concretização desta rede, assegurando que ela seja, como disse, equilibrada, mas também coerente e não redundante, e assente em critérios de qualidade.

Dessa lei também faz parte a noção de que a criação de uma nova unidade orgânica, a criação de novos cursos, deve estar assente num conjunto de requisitos muito fortes, de tal modo que o Conselho, como é o caso, que quer acolher uma nova escola, disponha, de facto, de uma infra-estrutura de ensino superior de grande qualidade, que o prestigie e contribua para o seu desenvolvimento, e não apenas de uma etiqueta, no cimo de uma porta, que diga que há ensino superior naquele concelho.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O Orador — Concluo já, Sr Presidente.

Já dei as informações essenciais, mas posso ainda acrescentar que iremos analisar esta proposta depois da aprovação da lei, tendo em conta não só estes aspectos positivos que acabei de referir mas também a circunstância de que, relativamente a escolas superiores agrárias em Portugal, no ano lectivo corrente, tínhamos 1550 vagas disponíveis, das quais, numa primeira fase, só foram preenchidas 1000. Isto significa que ficaram 500 vagas por preencher nos domínios que têm a ver com as ciências agrárias.

Portanto, discutiremos este assunto para sabermos se, em Pombal, teremos uma infra-estrutura de ensino superior com qualidade e procurada pelos estudantes.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é nesta base que nos comprometemos.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro, dispondo, para o efeito, de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Ofélia Moleiro (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, em complemento ao que o Sr Secretário de Estado disse, gostaria de fazer algumas observações.

O Sr Secretário de Estado fala num tempo que não conheço, que é o da conclusão da lei de organização e ordenamento do ensino superior. E a minha primeira pergunta foi qual é a agenda para o concelho de Pombal? Para todo o país, mas, neste caso, qual é o agendamento para o concelho de Pombal?

O Sr Secretário de Estado fala nos requisitos de qualidade que exige para Pombal. Nós também os exigimos e, exactamente por isso, fui bem explícita, aqui, quando falei no protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Pombal, no qual ficou claro que os terrenos e uma parte da construção serão cedidos pela Câmara. Portanto, ao fazer uma construção nova, ela será, com certeza, o modelo que se adapta ao ensino que nela vai ser ministrado.

O Sr Secretário de Estado fala em coerência. Penso que, em relação à região de Leiria, há total coerência em instalar-se esta escola, porque trata-se de um projecto indispensável ao desenvolvimento da região em termos de agricultura. Basta ler um estudo sobre a economia agrícola da nossa região para se compreender que há coerência neste projecto.

O Sr Secretário de Estado diz não querer uma etiqueta para colocar à entrada de Pombal, nós também não a queremos. Queremos a escola, com bons recursos humanos, com alunos e com uma boa construção, e por isso celebrámos o protocolo com a Câmara Municipal de Pombal, ao qual somos fiéis.

Portanto, a construção a fazer será de qualidade e os terrenos estarão bem localizados. E ninguém duvida da qualidade dos recursos humanos do Instituto Politécnico de Leiria, que tem tido um impacto extraordinário no desenvolvimento da nossa região.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Ana Narciso, Maria Celeste Cardona, António Calvete e João Pedro Correia.

Para respeitar a ordem de alternância, tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, tratando-se de Leiria e, neste caso, do concelho de Pombal, esperava da parte de V Ex<sup>a</sup> alguma clareza, designadamente no que diz respeito ao ensino, até porque, quer eu quer a minha colega do PSD, temos de levar algumas respostas concretas para o nosso distrito.

No entanto, devo confessar, fiquei sem perceber a sua resposta.

Pombal é, de facto, um grande concelho do nosso distrito, onde cerca de 51% da respectiva população vive da economia agrária e florestal, como o Sr Secretário de Estado sabe.

O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição prestigiada, quer ao nível do respetivo corpo docente, quer dos seus cursos, quer do número de alunos que os frequentam, e a atestá-lo temos os seus pólos, o das Caldas da Rainha e o de Peniche, que têm contribuído, de uma forma decisiva, para o desenvolvimento dos respectivos concelhos.

Espero que o Sr Secretário de Estado clarifique um pouco mais a minha perplexidade, uma vez que fiquei sem perceber quando e em que condições, visto elas já estarem cumpridas pela Câmara, é que a população de Pombal vai ter a sua escola, porque dela carece.

Portanto, Sr Secretário de Estado, estão reunidas todas as condições de que depende a instalação desta escola, mas parece que, do ponto de vista do Governo, apenas falta uma lei — e até vou repetir o nome dela, porque é muito pomposo, Sr Secretário de Estado —, que é a lei de organização e ordenamento do ensino superior. Parece que só depois da aprovação desta lei, que, no dizer do Governo, é um pressuposto fundamental, é que este vai analisar a proposta de criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, a qual visa satisfazer os anseios e as necessidades das famílias, das pequenas e médias empresas e dos alunos do concelho de Pombal.

Sr Secretário de Estado, poupe-nos a estes nomes pomposos para designar legislação e faça aquilo que é suposto os governos do nosso país fazerem, que é responder com qualidade e com coerência, e isto, neste caso concreto, não está em causa.

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Mas é isso que está em causa!

**A Oradora** — O Sr Secretário de Estado conhece o distrito, eu também, conheço o Instituto.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou, pelo que peço que conclua.

**A Oradora**. — Vou já terminar, Sr Presidente Aliás, é a primeira vez que me mandam respeitar o tempo.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Mas há sempre uma primeira vez para tudo, como sabe.

**A Oradora** — Portanto, Sr Secretário de Estado, pergunto: quando é que Pombal vai ter a escola de que tanto carece para o desenvolvimento quer do concelho quer do distrito no seu conjunto?

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado António Calvete.

**O Sr. António Calvete (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, no fundo, o meu pedido de esclarecimento tem a ver não propriamente com a criação de uma escola superior de ciências agrárias e florestais em Pombal mas com uma escola superior, que poderá estar sediada em Pombal, que vá ao encontro

das necessidades das populações de todos os concelhos a norte do distrito de Leiria. É bastante importante referir este aspecto, o de a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal servir não só Pombal como todos os concelhos a norte do Distrito de Leiria.

Além de manifestar a minha satisfação pela pergunta que foi colocada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Correia, do PSD, sobre o ensino superior em Pombal, quero salientar que estou de acordo com aquilo que o Sr Secretário de Estado disse. Isto é, primeiro há que «arrumar a casa», há que esperar pela aprovação da lei de organização e ordenamento do ensino superior, para, depois, se poder equacionar a consolidação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, que todos desejamos. Há que «arrumar a casa», porque, realmente, neste país, muito do que se fez em termos de ensino superior não foi da melhor forma.

Sr Secretário de Estado, estando convencido de que, para Pombal e para todos os concelhos a norte do distrito de Leiria, se justifica a instalação de uma escola superior, em Pombal, pelas razões já apontadas e que o estudo realizado pela Universidade de Aveiro assim o demonstrou, bem como a justa pretensão do Instituto Politécnico de Leiria, pergunto se interessa abrir cursos que, depois, fiquem sem alunos, independentemente dos grandes problemas que existem nos cursos propostos, nomeadamente ao nível das ciências agrárias, em que, como referiu, apenas foram preenchidas 1000 das 1500 vagas que existem a nível nacional?

Temos de ter algum cuidado neste ordenamento da rede escolar no que respeita ao ensino superior, mas .

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se.

**O Orador**: — Sr Presidente, só queria concluir.

No fundo, o que gostaria de saber é se se justifica ou não a criação, em Pombal, fruto da sua posição geo-estratégica, de um pólo ou de uma escola do ensino superior.

**Vozes do PS**. — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Narciso

**A Sr<sup>a</sup> Ana Narciso (PSD)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, de facto, o distrito de Leiria é sempre reconhecido pelo seu dinamismo, mas é sistematicamente penalizado em termos de investimento público. Continuamos à espera de leis que permitam a criação de «coisas» no distrito. Isto é, esperamos pela feitura da lei-quadro que permita criar a área metropolitana de Leiria, pela lei-quadro que permita criar a Escola Superior de Educação de Pombal e pela lei-quadro que fixe todos os requisitos de rigor que enunciou na primeira parte da sua intervenção.

Para além do apoio que a Universidade de Coimbra — e penso que é indiscutível a qualidade dessa Universidade — está a dar à criação da escola superior de tecnologias de saúde de Alcobaça, temos também a colaboração da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Além disto, temos o terreno e só nos falta, de facto, a vontade política para, finalmente, criar essa escola.

Não há médicos nem enfermeiros sem qualidade e pre cisamos de auxiliares com qualidade Devo dizer que não estou aqui a defender uma escola de âmbito regional mas, sim, de âmbito nacional.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr Presidente ( Mota Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Correia

**O Sr João Pedro Correia ( PS)** — Sr. Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, percebo os estudos de viabilidade que são necessários para a implementação de novas escolas do ensino superior e entendo perfeitamente a necessidade de uma lei de enquadramento para que não aconteçam exemplos em que há edifícios mas não há alunos E, como sabemos, as escolas não são os edifícios, as escolas são, de facto, os alunos, o curricular, e a massa crítica que estes conseguem trazer para a vida social e para a vida profissional

Em relação ao distrito de Leiria, só esta dinâmica do Instituto Politécnico em apresentar três escolas, neste curto prazo, para o distrito é representativa e é sinónimo da dinâmica do próprio distrito e, sobretudo — diga-se em abono da verdade —, da dinâmica do Instituto Politécnico de Leiria

Em todo o caso, preocupa-me a questão dos pólos Caldas da Rainha tem um pólo da Escola Superior de Educação, em relação ao qual o Sr Ministro Marçal Grilo, na passada legislatura, face, nomeadamente, ao investimento para o novo edifício, pôs a possibilidade de passar a escola superior de educação, da mesma forma que acontece em Leiria, capital de distrito

Por outro lado, da informação de que disponho, esta escola superior de Pombal tem uma extensão florestal, ou, pelo menos, da área da floresta, do ponto de vista de pólo, em Figueiró dos Vinhos, ou seja, na zona do pinhal propriamente dita Preocupa-me esta questão da tendência que me parece existir, face à nova lei de enquadramento do ensino superior, de acabarem os pólos.

Penso que há pólos que, por si, face à massa crítica que têm, nomeadamente face a um *campus* universitário onde estão ligados, têm grandes capacidades de implementação e de entrosamento, designadamente com a sociedade civil e empresarial, pelo que me parece que fazer dessa regra uma regra total não irá, pelo menos em relação a alguns concelhos e a algumas dinâmicas próprias que já estão criadas, trazer de bom no futuro

Por outro lado, esse sentido de trocas, que se traduz em criar uma escola em troca, eventualmente, de um pólo, deve ser efectivamente pensado, sobretudo com os agentes e com os autarcas locais

Faço esta intervenção pelo facto de o Sr Secretário de Estado ter citado uma nova escola superior para as Caldas da Rainha, que, obviamente, agradece,

**O Sr Presidente ( Mota Amaral)** — Sr Deputado, tem de concluir.

**O Orador** — . mas convinha que todos os agentes locais fossem informados de que escola superior para Caldas da Rainha estamos efectivamente a falar

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona ( CDS-PP)** — Hoje, estamos a falar de Pombal!

**O Sr Presidente ( Mota Amaral)** — Srs. Deputados, gostaria de assinalar que assistem à nossa reunião, além de outros cidadãos, um grupo de alunos do Colégio de Santa Doroteia, de Lisboa, um grupo de alunos da Escola Profissional do Alto Lima, de Arcos de Valdevez, e um grupo de alunos da Escola Secundária de Castro Verde

As nossas boas-vindas e uma saudação para todos eles, como é tradicional

*Aplausos gerais, de pé*

Tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, para responder Dispõe de 10 minutos

**O Sr Secretário de Estado do Ensino Superior** — Sr Presidente, gostaria, também, de dar uma saudação especial aos estudantes que nos acompanham.

Relativamente às perguntas que me foram colocadas, gostava de dizer o seguinte escolhamos, então, de que estamos a falar.

Se estamos a falar do elogio à dinâmica do distrito de Leiria, contem comigo para isso! Conheço-a bem, sei interpretá-la bem, sei quanto tem qualificado a região centro e o País!

Se estamos a falar do elogio ao Instituto Politécnico de Leiria, contem também comigo para isso, porque conheço bem a sua dinâmica e, sobretudo, tenho a certeza de que está disponível para aceitar os desafios estratégicos que o Governo tem feito, a esse Instituto e a todos, de uma grande qualificação do seu corpo docente e de um papel crescente face ao contexto regional

Se estamos a falar do elogio ao ensino politécnico. contem também comigo para isso! O ensino politécnico tem, de facto, em Portugal, um papel insubstituível, que é necessário revalorizar e elogiar, porque tem duas características essenciais insere-se, de forma privilegiada, nas comunidades territoriais que lhe são próprias, pelo que é um elemento essencial de desenvolvimento regional, e preenche as necessidades de ensino profissionalizante, de que Portugal necessita

Se estamos a falar de qualidade nas estruturas de ensino superior que vamos criar, contem também com o Ministério da Educação!

Mas aqui temos uma divergência face ao que a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona disse e face ao que a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro reiterou É que qualidade no ensino superior não são apenas terrenos, qualidade no ensino superior não é apenas construção

**O Sr Ricardo Castanheira ( PS)**: — Muito bem!

**O Orador** — Foi isso que as Sr.<sup>as</sup> Deputadas deram como adquirido para esta escola Foi apenas isso que referiram

**A Sr<sup>a</sup> Maria Ofélia Moleiro ( PSD)** — Não foi isso!

**O Orador** — Nesse caso, se não foi isso, se isso foi metade do vosso discurso, então, espero pela outra metade, em que me falarão dos recursos humanos para cada escola e de todas as condições para que essa não seja

apenas mais uma escola de uma rede que tem desequilíbrios fundamentais.

No ensino superior, há requisitos de bem público que não são compatíveis com o disseminarmos — não é o caso de Pombal, afianço já — pelo território, sem qualquer critério, tudo o que seja a resposta às dezenas de pedidos de criação de escolas superiores que temos de cada concelho deste país Vamos ordenar, vamos organizar — por muito que se considere o termo pomposo — e vamos considerar que devemos ter, em cada um desses concelhos, verdadeiras estruturas que os qualifiquem e não apenas, como disse, uma etiqueta

E sobre esta matéria, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pelo que tenho ouvido na Comissão de Educação, sei que posso contar, seguramente, com a cumplicidade do Sr. Deputado Rosado Fernandes, que tem, sobre estas questões de qualidade e de consolidação das estruturas de ensino superior, preocupações, com as quais partilhamos, pelo que nos sentimos apoiados. Preocupações, essas, que são, hoje, do conjunto da sociedade

Assinalemos que, hoje, o ensino superior é, felizmente, um dos bens públicos relativamente ao qual a sociedade, no seu conjunto, presta mais atenção. Há um debate público, há um debate político essencial Aliás, nos últimos tempos, o contributo do Sr. Presidente da República tem sido inestimável para que tenhamos não formações de qualquer natureza, não formações de «engenharia do microfone», como dizia o Sr. Presidente da República nas Caldas da Rainha, mas formações sólidas, formações largas, e escolas que sejam exigentes na formação que oferecem.

Por isso, tranquilizo já o Sr. Deputado João Pedro Correia — sendo certo que já volto a Pombal —, dizendo que a política de pólos não faz parte, de facto, da nossa política de constituição de uma rede do ensino superior, mas faz parte dessa política transformar em escolas e em comunidades sólidas, com todos os requisitos adequados, os pólos que existem e que são susceptíveis dessa transformação Não queremos pólos para os manter como estruturas que sejam débeis Queremos pólos para os transformar em unidades orgânicas É isso que pode acontecer nas Caldas da Rainha

Mas também temos que ter em conta que, quanto à difusão e à discussão da proposta com os agentes locais, isso deve caber, essencialmente, ao Instituto Politécnico, que, sendo o proponente, tem a missão legal de estabelecer e propor ao Ministério nesse sentido Depois, a decisão tem de ser aqui debatida nos termos em que o estamos a fazer, porque uma decisão de criação de uma escola superior não pode ser, com todo o respeito e o elogio que tenho pelo poder autárquico, apenas uma questão que se decide num protocolo com uma câmara municipal, sobretudo quando nesse protocolo estão apenas em causa os terrenos, as construções ou a participação do financiamento.

É evidente que faz parte dos requisitos de qualidade boas escolas no sentido físico. Felizmente, temos hoje uma excelente demonstração de boas instalações com notáveis arquitecturas, mas uma escola de ensino superior é muito mais do que isso

No que respeita à criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, se têm dúvidas sobre a clareza da minha resposta, eu repito-a discutiremos a criação dessa escola superior de Pombal pela simples razão de que não existe apenas uma proposta, temos de-

zenas de propostas de criação de novas escolas Portanto, por respeito com esta Câmara, vamos discuti-las depois de aprovada aqui, nesta sessão legislativa — tenho a certeza disso —, a proposta e uma vez validada, no tal debate político e público que queremos sobre o ensino superior, a visão que temos sobre esta matéria

Por outro lado, o meu despacho é de 8 de Fevereiro e o tempo da sua criação será posterior a essa data e determinado em função do conjunto da rede, porque uma escola de ensino superior não é apenas um assunto de um concelho, é um assunto de rede pública nacional e, por isso, discutí-la-emos em conjunto com as outras dezenas de propostas de criação de novas escolas

Estamos — e esta não é uma palavra «redonda», é uma palavra simples — no início de um novo ciclo do ensino superior e desse ciclo não faz parte criar a esmo, no público ou no privado, sem quaisquer critérios e sem qualquer rigor da Administração, escolas com as consequências de desordenamento, de falta de credibilidade, de perda de confiança das famílias no ensino superior Isso não faremos, e todos os Srs. Deputados sabem que esse é um tema de uma outra época, que não é a nossa.

Portanto, qualidade e rigor são os atributos que queremos a qualificar esse novo ciclo do ensino superior. É por isso que digo, com clareza, que a discutiremos apenas aquando da aprovação dessa lei Não estou a falar por metade, isto é, não estou a dizer «Vamos ver se, após este debate, satisfaço as perguntas que aqui me foram formuladas sobre um concelho» Quero responder às perguntas sobre todos os concelhos e quero responder, em abono, a um critério, que é o de uma rede pública do ensino superior qualificada. A sociedade portuguesa não está hoje disponível para aceitar, em matéria de ensino superior, outra visão que não seja de qualidade.

Também digo, para ser claro, que, atento a tudo o que aqui foi dito sobre as condições e o dinamismo do Instituto Politécnico de Leiria, sobre o privilégio que queremos dar ao ensino politécnico em Portugal — faz parte da lei que aqui apresentámos a defesa daquilo a que chamamos «modelo binário» ter modelo binário é ter um ensino politécnico activo —, atento a tudo isso, repito, pensamos que a proposta relativa a Pombal, que, contudo, só está fundamentada, no estudo de um centro da Universidade de Aveiro, do ponto de vista macro, do ponto de vista de cenários globais de procura. Aliás, chamo a atenção para o seguinte esse estudo prevê que a escola possa ter cerca de 1600 alunos para os cursos propostos, num espaço de 10, 20 anos. E 900 desses 1600 alunos viriam de fora da região

Ora, e aqui temos de ser rigorosos, se tivermos uma situação como a que existe hoje, em que 1500 vagas estão disponíveis nas escolas superiores agrárias, em primeira fase, e só 1000 foram preenchidas este ano, interrogo-me se é plausível, se não será excesso de optimismo imaginar que, com o número de escolas agrárias que temos numa rede suficientemente equilibrada e dispersa pelo País, existirá uma «multidão» de 900 estudantes a dirigirem-se para Pombal.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Secretário de Estado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir

O Orador — Concluo já, Sr. Presidente

Referidos estes condicionalismos, que são condicionalismos fortes e de rigor, também quero tranquilizar as Sr<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados que me interpelaram sobre esta questão, afirmando que, dada a região de que estamos a falar — Pombal e toda a zona do pinhal —, dada a importância do sector florestal, podem contar com a nossa grande atenção e com o nosso grande voluntarismo sobre essa área. Esta é, pois, uma proposta que tem boas condições para ser analisada, mas não queremos fazê-lo com simplismo.

A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, a pergunta seguinte, sobre a Escola Superior de Enfermagem da Guarda, será formulada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, do Grupo Parlamentar do PSD, e respondida, mais uma vez, pelo Sr Secretário de Estado do Ensino Superior.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Manso.

A Sr<sup>a</sup> Ana Manso (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, há 35 anos que a Escola Superior de Enfermagem da Guarda ocupa uma posição privilegiada no contexto regional e nacional, porque nela se vêm formando profissionais de saúde com elevado nível de preparação técnico-profissional.

O Sr José Junqueiro (PS) — Isso é verdade!

A Oradora. — Grande parte desses profissionais acabaram por ficar ligados ao serviço de saúde da região, contribuindo assim para o seu crescimento e desenvolvimento.

Acontece que, em 19 de Outubro de 1998, a Escola Superior de Enfermagem, numa preocupação estratégica e constante com o seu crescimento, apresentou um projecto de criação do Instituto Superior de Saúde, que integrava a já existente Escola Superior de Enfermagem e propunha a criação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde.

O meu partido sempre se reviu e acompanhou esta posição, porque entendia que era a que melhor servia os interesses de uma região altamente sacrificada pela interioridade, pela desertificação e pelo envelhecimento da população.

O Sr José Junqueiro (PS) — Nunca teve foi tempo de o fazer!

A Oradora — O PSD via na criação do Instituto Superior de Saúde uma oportunidade e uma forma de o Governo privilegiar o interior, esbatendo as assimetrias regionais e compensando, solidária e estrategicamente, a Guarda.

Neste momento, o corpo docente e os estudantes da Escola Superior de Enfermagem estão preocupados com o futuro da sua escola. E isto, como sempre, porque o Governo prometeu, até chegou a legislar, mas não executou e ainda não cumpriu.

A Resolução n° 140/98 do Conselho de Ministros referia uma necessidade de reorganização da rede de escolas públicas e a sua integração no Ministério da Educação até ao final de 1999.

Ora, sabendo que as insuficiências do sistema de ensino superior na área da saúde são, hoje, consensualmente reconhecidas e agravadas no interior — e dou-lhe apenas dois exemplos: o défice de enfermeiros situa-se entre os 12 000, número apontado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, e os 30 000, segundo a Ordem dos Médicos, também ao nível dos fisioterapeutas, faltam 3000 profissionais em todo o País —, sabendo que a Guarda é um distrito altamente penalizado na área da saúde, e não só, quer em infra-estruturas, quer em profissionais de saúde, sabendo que não existe uma política de recursos humanos a nível da saúde, parece que o Governo socialista fez orelhas moucas a tudo isto e optou por não a discriminá-lo positivamente, não a compensando com uma medida saudável de exceção, que era a criação do Instituto Superior de Saúde.

Será que, à semelhança do que aconteceu com o ensino universitário e outros serviços públicos, também aqui a Guarda é excluída dos investimentos públicos estruturantes e continua a ser discriminada e «empurrada» para um «segundo interior» do já existente interior?

Ora, parece que o Governo socialista optou, então, pela integração no Instituto Politécnico da Guarda, mas também aqui

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Peço-lhe que conclua, Sr<sup>a</sup> Deputada

A Oradora — Vou já concluir, Sr Presidente.

As questões que coloco, Sr. Secretário de Estado, são as seguintes: primeira, como é possível que hoje, passados dois anos — e era opção do Governo integrá-la no IPG, ou não? —, a Escola Superior de Enfermagem da Guarda ainda não esteja integrada no IPG? Segunda, para quando a criação ou a instalação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde e quais os cursos que essa escola vai poder ministrar?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr Secretário de Estado do Ensino Superior — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, devo dizer, em primeiro lugar, que sou um privilegiado por me formularem perguntas sobre a região que melhor conheço!

Desde já, gostava de dizer que, felizmente, tenho uma visão muito mais optimista sobre a futura capacidade da Beira Interior de formação de técnicos de saúde do que aquela que manifestou. E incentivava-a a partilhar deste meu optimismo.

Como saberá, eventualmente, tenho a ideia de que um dos melhores recursos de que dispomos no nosso interior para, justamente, superar as assimetrias e um discurso negativo sobre o interior é o eixo urbano Guarda/Covilhã/Castelo Branco. E esse eixo urbano, que é uma grande cidade que é preciso inventar, com mais de 160 000 habitantes, todos a 15 minutos dos principais pólos, pode e deve servir para termos uma noção ambiciosa sobre um sistema de formação em técnicos de saúde.

Teremos a Faculdade de Medicina na Universidade da Beira Interior e teremos dois politécnicos — um, na Guar-

da, e outro, em Castelo Branco —, que se articularão com essa estrutura de formação universitária para dar grande dinamismo à formação de profissionais na área politécnica, sejam enfermeiros, sejam técnicos de saúde.

Foi por essa razão que, contra a proposta que nos foi apresentada, emanada da própria escola, optámos por integrar, tal como está prevista na resolução do Conselho de Ministros, a Escola Superior de Enfermagem da Guarda no Instituto Politécnico da Guarda para revitalizar esse pólo, organizado e articulado na Guarda e não na Universidade da Beira Interior, como seria errado e contrário à nossa política.

Portanto, a decisão de integração dessa escola no Instituto Politécnico da Guarda está tomada e é assim que se fará.

Por outro lado, dá-se a essa escola aquilo que a própria resolução do Conselho de Ministros prevê, que é justamente a sua transformação em escola superior de saúde para que possa ter um conjunto de outras formações, que estão a ser tratadas pelo Grupo de Missão, criado pelo anterior governo, para a área da saúde. Grupo, esse, que está a trabalhar no sentido de ter uma visão rigorosa sobre quais são as necessidades de formação e como é que, de maneira equilibrada, as devemos distribuir pelo País, numa rede activa e forte.

Por isso, a escola de saúde será criada, tal como está previsto na resolução do Conselho de Ministros, será integrada no Instituto Politécnico e queremos que seja o vértice desse triângulo, que é constituído pela Universidade da Beira Interior, pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco e também pela escola da Guarda.

Suponho, pois, que partilhamos da ideia de que essa integração no politécnico e a inserção num esquema de formação em saúde que cubra o eixo urbano Guarda/Castelo Branco é uma boa opção e, portanto, estamos de acordo quanto a isso.

Não quero omitir a resposta à sua pergunta sobre qual o motivo por que a integração ainda não está feita, quando estava previsto que ela se fizesse até 31 de Dezembro de 1999.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo já se esgotou Peço-lhe que conclua**

**O Orador — Termino já, Sr. Presidente**

Sr.<sup>a</sup> Deputada, gostaria, então, de lhe dizer que a opção de integração está mantida, só ainda não se fez por dificuldades em tratar as questões orçamentais, porque, como sabe, o financiamento do ensino superior faz-se, hoje, por regras muito claras que queremos generalizar a todas as escolas, incluindo as escolas de enfermagem, pois não queremos que haja financiamentos de primeira e financiamentos de segunda. Por isso, a integração ocorrerá durante este ano.

Gostaríamos, evidentemente, eu mais do que ninguém, que essa integração já tivesse acontecido, mas a razão por que tal ainda não aconteceu foi para que, no conjunto, possamos fazer uma integração melhor. Porém, a Guarda pode estar descansada quanto ao que acontecerá com a sua escola, porque só acontecerá bem.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso.**

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostava de poder partilhar com V.Ex<sup>a</sup> desse seu optimismo, mas, infelizmente, não posso**

Diz o Sr. Secretário de Estado que há um estudo preparatório (e eu acredito que sim) no âmbito do Grupo de Missão, dirigido pelo Prof. Alberto Amaral, relativamente ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, Guarda e Universidade da Beira Interior.

Mas, Sr. Secretário de Estado, o Sr. Primeiro-Ministro disse, aquando da inauguração do Hospital da Cova da Beira, quais eram as áreas na Escola Superior de Tecnologias da Saúde que iriam ser atribuídas à Universidade da Beira Interior. E eu posso dizer-lhe quais são: análises clínicas, radiologia, anatomia patológica e radio-terapia. Todos sabem que estas quatro áreas básicas são mais afins de um instituto politécnico do que propriamente da Universidade da Beira Interior. A questão que gostaria de ver respondida é esta: quais são, então, os cursos que vão ser leccionados na Escola Superior de Tecnologias da Saúde da Guarda? Esta, Sr. Secretário de Estado, para mim, continua a ser a questão fundamental.

Por outro lado, lamento não continuar a partilhar desse seu optimismo, porque estou sinceramente preocupada, dado que, até agora, a Escola Superior de Enfermagem da Guarda ainda não foi integrada e, neste momento, as suas instalações estão asfixiadas, está numa situação preocupante, pois, em termos de financiamento, tem verbas exiguas para o funcionamento da sua escola e para a continuação das obras que já estavam em curso nas mesmas instalações.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, lamento, mas não posso partilhar do seu optimismo.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, ainda para formular pedidos de esclarecimento adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Natália Filipe e Carlos Santos**

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Filipe

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, aquando da discussão do Orçamento do Estado e com a presença da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, tivemos oportunidade de colocar algumas questões relacionadas, nomeadamente, com investimentos para as escolas superiores de enfermagem.**

Recentemente, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde referiu que a política de recursos para a saúde não era uma questão de política de saúde. Então, será uma questão de política de educação!

Sendo uma questão de política de educação, porque também não temos dúvidas de que é assim, e tendo o Governo a responsabilidade, pelo menos assim entendemos face à recomendação que aqui aprovámos por unanimidade, de que houvesse um aumento de formandos na área da saúde, no que diz respeito à Escola Superior de Enfermagem da Guarda, que não é um caso único, apresentámos, em sede de discussão do PIDDAC, uma proposta de reforço de verbas, proposta, essa, que foi rejeitada pelo Grupo Parlamentar do PS. Isto é, o Grupo Parlamentar do PS rejeitou que fosse introduzida uma verba para instalações que a escola necessita, como salas de aula, auditórios, etc.

Neste contexto, e enquanto estamos nesta fase de transição, pergunto ao Sr Secretário de Estado quais são as condições que vão ser criadas à Escola Superior de Enfermagem da Guarda para que, efectivamente, possa dar cumprimento a uma necessidade deste país, que tem que ver com o aumento de formação na área de enfermagem

Coloco esta questão, tendo em conta que a consideramos pertinente face às necessidades que existem, neste momento, no País

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado Carlos Santos

**O Sr Carlos Santos (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, em primeiro lugar, saúdo o Governo pela criação da Faculdade de Ciências da Saúde na Beira Interior Pena é que não tenha sido na Guarda, mas, sendo na Covilhã, também acabamos por ficar beneficiados, porque ela se situa na região

Em segundo lugar, saúdo também o Governo pela criação de uma Escola Superior de Tecnologias de Saúde na Guarda, criada na resolução de Conselho de Ministros já referida

Saúdo, ainda, os docentes e os alunos da Escola Superior de Enfermagem da Guarda, dado que esses alunos, quando são enfermeiros, acabam por ser reconhecidos no seu local de trabalho como profissionais de alto gabarito técnico

Antes de colocar a pergunta, gostaria de fazer o seguinte comentário é com algum espanto que, hoje, verifico que o PSD e os seus Deputados estão preocupados com a Guarda É caso para dizer aleluia! É que, no passado recente, isto não aconteceu, ou seja, a Guarda nunca viu o PSD nem os seus Deputados preocupados com esta terra!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Essa é boa!

**O Orador** — Essa é boa? Então, veja-se qual foi o voto do PSD em relação às propostas de alteração ao PIDDAC para 2000 apresentadas, nesta Assembleia, pelos Deputados do Partido Socialista! Srs Deputados do PSD, vejam qual foi o vosso sentido de voto

Sr Secretário de Estado, como estou preocupado, como sempre estive, com a minha terra e o meu distrito, que é a Guarda, quero fazer-lhe uma pergunta muito concreta para quando o arranque da Escola Superior de Tecnologias da Saúde da Guarda, criada na resolução do Conselho de Ministros já referida, e, mais concretamente, quando é que vemos o primeiro aluno nesta escola?

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)**: — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior.

**O Sr Secretário de Estado do Ensino Superior** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, o meu optimismo sobre a capacidade da Beira Interior para formações na área da saúde tem fundamentos vários e, portanto, não vou desistir de o trazer para esse campo

Quanto à entrevista que citou relativamente à Universidade da Beira Interior, se estivéssemos aí, estávamos, obviamente, a jogar para negativos e, então, esse optimismo não seria justificado. Mas quero tranquilizá-la, porque aquilo que está estabelecido e aquilo a que o Sr Primeiro-Ministro aludiu na referência que fez foi ao seguinte ..

*Protestos da Deputada do PSD Ana Manso.*

Sr<sup>a</sup> Deputada, por eu conhecer muito bem todo esse debate e toda a perplexidade e preocupação que ele gerou no conjunto das cidades da Beira Interior é que, hoje, tanto para mim como para todos os intervenientes — Reitor da UBI (Universidade da Beira Interior), Presidentes dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda —, é absolutamente claro e coloca-se desta forma tal como existe o tal sistema urbano em que muito acredito, nós queremos ali um sistema de ensino superior articulado e activo.

Assim, a Universidade da Beira Interior ministrará uma licenciatura em Medicina e, também, todos os cursos de pós-graduação, pois é essa a função de uma universidade e é assim que a mesma se complementa bem com o ensino politécnico e com a especialização deste último nessas áreas, no que diz respeito à formação inicial. A Universidade da Beira Interior ministrará, pois, todas as formações de pós-graduação, mestrados e outras especializações, que resultem das necessidades geradas pela formação inicial, ministrada nas escolas politécnicas

*Protestos da Deputada do PSD Ana Manso*

Por favor, oiça com atenção o que estou a dizer!

Essas são áreas de pós-graduação e serão ministradas na Universidade da Beira Interior, precisamente como áreas de pós-graduação, isto é, conducentes a mestrados, porque é esse o papel da universidade. Os institutos politécnicos terão o exclusivo da formação inicial — e não gosto de usar esta palavra «exclusivo», mas faço-o para tranquilizá-la! Portanto, todas essas áreas serão da competência do Instituto Politécnico de Castelo Branco e do Instituto Politécnico da Guarda. Fique tranquila quanto a isso, Sr<sup>a</sup> Deputada, e não tenha a mínima dúvida

Não haverá formação inicial nessas áreas na Universidade da Beira Interior, pela simples razão de que, na proposta de lei que apresentámos nesta Assembleia — e peço desculpa por citá-la mais uma vez, mas verão como é estrutural para todos estes assuntos —, para valorizar o ensino politécnico, temos uma noção clara de separação da organização institucional das universidades e dos institutos politécnicos. Portanto, o ensino politécnico ministra-se em institutos politécnicos e o ensino universitário em universidades.

Assim, torno a garantir à Sr<sup>a</sup> Deputada que esse problema não existe, não insista nele. Isto só faz sentido do ponto de vista de pós-graduações, foi assim que foi estabelecido, foi sobre isso que falou o Sr Primeiro-Ministro, é sobre isto que o que estou a dizer tem o pleno entendimento partilhado pelos presidentes dos politécnicos e pelo reitor

Significa isto que teremos algo essencial naquela região teremos formação de base nas diferentes áreas de saúde, espalhadas pelos três pólos — Covilhã, Guarda e Castelo Branco — e teremos formação, por um lado, em

medicina, na Universidade da Beira Interior, por outro, em tecnologia da saúde e em enfermagem, na Guarda e em Castelo Branco, e teremos a capacidade de ter o vértice principal de tudo isto que é constituído pelas formações de pós-graduação Eliminemos, pois, esse ponto, porque é claro e está bem resolvido

Quanto ao funcionamento da Escola, devo dizer que a mesma foi objecto de investimentos, em sede de PIDDAC, destinados à conclusão das instalações — e conheço bem esta situação —, havendo necessidade de, futuramente, incluir no PIDDAC verbas destinadas a obras de ligação entre os quatro edifícios que constituem a Escola, obras essas para as quais esperamos que haja um projecto durante este ano. As outras obras já foram realizadas e a informação que tenho é a de que as instalações estão em condições satisfatórias

Quanto ao financiamento de funcionamento, como sabem, este ano, ainda ocorre através do Ministério da Saúde, mas posso informar desde já — e, aqui, respondo à Srª Deputada Natália Filipe — que tivemos o cuidado de incluir no PRODEP, portanto, já com os recursos do Ministério da Educação, verbas do Fundo Social Europeu, que, à semelhança do que habitualmente tem acontecido no financiamento das escolas de enfermagem, completarão, já neste ano 2000, as transferências já feitas pelo IGIF (Instituto de Gestão Informática e Financeira), do Ministério da Saúde Portanto, não haverá problemas de financiamento, assim como também não haverá relativamente ao PIDDAC.

De facto, não vale a pena fazer a pergunta «qual é a política de formação de recursos para a saúde?», pois respondo que é uma política nacional essencial

Todos sabemos — e está dito pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde — que a formação na área da saúde é feita num sistema de ensino superior em que, globalmente, a procura está em regressão, pois prevê-se uma diminuição significativa até 2010, razão pela qual temos de saber articular bem tudo isto, sob pena de ignorarmos o país em que vivemos. A formação na área da saúde é das poucas, juntamente com a das artes, que está em expansão e que é necessário expandir, dadas as necessidades que estão por satisfação. Portanto, a política de recursos para a área da saúde é uma política nacional e está a ser equacionada, não para um concelho *A* ou para uma região *B*, mas para o País e é por isso que o Grupo de Missão tem a missão que tem, passe a redundância. Durante este ano, teremos dados rigorosos sobre isso, a fim de podermos desenhar o próximo ano lectivo de acordo com as necessidades, fazendo o esforço, que certamente conhecem, no sentido do aumento de vagas

O aumento de vagas no curso de medicina é desde já um dado adquirido. Na verdade, já disse, e repito, que haverá um aumento de mais de 30% no número de vagas para os cursos da área da saúde

**O Sr Ricardo Castanheira (PS) — Muito bem!**

**O Orador —** Mais uma vez, isto é o resultado de uma política de atitude de iniciativa e, justamente, por entendermos o debate que tem sido feito sobre a matéria

Aliás, devo dizer que, felizmente, estou numa área privilegiada pois, tal como há pouco aludi ao debate geral que decorre no nosso país sobre o ensino superior, eu próprio beneficiei, logo no início das minhas funções, de

um debate que foi feito sobre o ensino da medicina, estimulado pelo próprio Sr Presidente da República, e que muito bons resultados deu. Isto é, hoje, não é possível haver instituições numa atitude de defesa corporativa, fechando as escolas a novos alunos quando há capacidade instalada para os receber. Portanto, a política nacional será no sentido da expansão dos recursos e de resposta às necessidades

**Sr Deputado Carlos Santos,** a pergunta que me fez, como muito bem disse, está desde logo assumida, e em letra de forma, na resolução do Conselho de Ministros

Essa escola está criada e entrará em funcionamento. Aliás, corresponde à transformação da própria escola e por isso eu dizia que a questão a que a Srª Deputada Ana Manso aludiu no início foi ela própria uma criação do anterior governo. Será, pois, uma escola de saúde integrada, com todas as valências de que estamos a falar — enfermagem e tecnologias de saúde

A nossa vontade é a de que o funcionamento se inicie muito rapidamente porque as necessidades são prementes. Assim, ainda no primeiro semestre deste ano — e sei que estamos quase a chegar ao seu termo, mas também sei que o trabalho está muito avançado —, espero receber do Grupo de Missão a informação sobre as necessidades de criação de uma rede, tudo devidamente quantificado. É que, como é evidente, não basta estabelecer as necessidades de uma forma agregada, antes têm de corresponder a uma área de formação em rede por todo o País, porque, como bem sabemos, tão necessário é ter estes profissionais como têm de ser bem distribuídos e inseridos regionalmente nas comunidades onde fazem falta

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Sr Álvaro Amaro (PSD) —** Sr Presidente, peço a palavra para defesa da consideração

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) —** Tem a palavra Dispõe de 3 minutos

**O Sr Álvaro Amaro (PSD) —** Sr Presidente, não pensava intervir neste debate, mas uma intervenção vinda da bancada socialista, em particular do Sr Deputado Carlos Santos, aliás, sempre com o seu tom de grande infelicidade política, obriga-me a fazê-lo

Todavia, já que o Partido Socialista ganhou as últimas eleições, quero começar por saudar o Sr. Secretário de Estado, meu querido amigo e colega nessa grande escola de Coimbra e dizer-lhe que tenho muito gosto em vê-lo nesse lugar

Como disse, não era minha intenção intervir neste debate, porquanto a minha colega, Deputada Ana Manso, colocou as questões que me preocupam em matéria de ensino, no caso concreto, na Guarda

As respostas foram dadas pelo Sr. Secretário de Estado. Retenho o seu compromisso segundo o qual, no final do primeiro semestre deste ano, as coisas «estarão nos carris» de acordo com o estabelecido pela resolução do Conselho de Ministros e pelo governo anterior, como o Sr. Secretário de Estado muito bem frisou mais do que uma vez

Mas devo dizer-lhe que pelo menos esta bancada preferia que assim não fosse. E quero sublinhar o registo que a Srª Deputada Ana Manso deixou. De facto, preferímos

que o distrito da Guarda tivesse um instituto superior de saúde, que não fosse em jeito de compensação pelo facto de a faculdade de medicina ser criada no interior, no distrito de Castelo Branco, em particular na Covilhã, mas gostaríamos que, quer a Escola Superior da Tecnologia de Saúde, quer a Escola de Enfermagem, estivessem integradas num instituto autónomo e fora do IPG

Pessoalmente, considero que a integração no IPG é, apesar de tudo, um mal menor, ao contrário do que diz a actual presidente da Câmara Municipal da Guarda, que, como o Deputado Carlos Santos sabe, se inclina claramente para a sua integração na Universidade da Beira Interior, o que repudiamos

Mas, Sr. Deputado Carlos Santos, há um velho provérbio chinês que diz que eu posso não saber por que é que lhe tenho de «bater», politicamente falando, mas o senhor sabe por que é que apanha! O Sr. Deputado lembra-se perfeitamente que, aquando da discussão do PIDDAC deste ano, nós, PSD da Guarda, dissemos-lhe que, pela primeira vez em cinco anos, vimos Deputados do Partido Socialista responder afirmativamente a um desafio que lhes fazímos há cinco anos, que era o de votar favoravelmente propostas de alteração ao PIDDAC a bem do distrito

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Álvaro Amaro,** agradeço que termine.

**O Orador.** — Vou já terminar, Sr Presidente

Pela primeira vez, disse-lhe que ainda bem que o Partido Socialista copiou as propostas do PSD — não todas, mas algumas Elogiei isso, a bem do distrito! Por isso, perdeu uma boa oportunidade para dizer aqui que o PSD sabe dizer «sim» quando se faz bem em prol do distrito!

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder,** tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Santos, dispondo de 3 minutos.

**O Sr Carlos Santos (PS) — Sr Presidente,** Sr. Deputado Álvaro Amaro, começo por lhe dizer que penso que o senhor não defendeu consideração alguma!

Digo-lhe também que, nesta Casa, e continuamos a falar politicamente, o que o Deputado Carlos Santos disse, e reafirmou, consistiu em estranhar o comportamento do PSD e dos Deputados do PSD eleitos pelo círculo da Guarda, que agora estão muito preocupados com a situação do distrito. Mas vou mais além: é que não vi nem o PSD nem os Deputados do PSD eleitos pelo círculo da Guarda preocupados, nos últimos anos — e refiro-me aos longos anos de governação do PSD —, em defender o distrito da Guarda!

Mais, o Sr. Deputado Álvaro Amaro disse, a propósito do PIDDAC, que os socialistas copiaram algumas propostas do PSD. Sr. Deputado, somos da Guarda, também estamos lá, conhecemos muito bem a Guarda, não só eu próprio como a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, que não está aqui para se defender da afirmação que o senhor pôs na boca dela. Conhecemos muito bem o distrito

Mas, já que o senhor, bem como o seu partido, está tão preocupado, tem alguma desculpa? É que o Sr. Deputado Álvaro Amaro reconheceu publicamente — faço esta ressalva — que os Deputados do Partido Socialista tinham conseguido algumas coisas e regozijou-se com isso. Registou-o, mas foi só o senhor que o disse. E o que é que

fez o PSD nesta Assembleia perante as propostas do Partido Socialista? Votou contra!

Então, Sr. Deputado Álvaro Amaro, em que é que ficamos? É que o PSD, que hoje não é Governo, está preocupado com o distrito da Guarda, mas diga-me quantos quilómetros de alcatrão pôs numa estrada do distrito da Guarda, quantos quilómetros de estradas novas construiu quando foi governo! No distrito da Guarda, VV Ex<sup>as</sup> têm uma obra que se chama Instituto Politécnico da Guarda. E fico-me por aqui, porque isso pertence a uma outra geração do PSD!

#### *Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral): — Srs Deputados,** vamos passar à quarta pergunta, sobre o Programa ERASMUS, mobilidade estudantil na União Europeia e eventuais propostas da presidência portuguesa, que será formulada pelo Sr. Deputado Ricardo Castanheira e respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Castanheira, dispondo de 3 minutos

**O Sr Ricardo Castanheira (PS) — Sr Presidente,** Sr. Secretário de Estado, o que me traz aqui é a questão do Programa SÓCRATES e, em particular, do Programa ERASMUS, que, como é sabido, é parte integrante daquele, tendo esta designação relativamente ao ensino superior. Este programa foi criado em 1995 e está hoje implementado em 24 países da Europa, a maioria dos quais parte integrante da União Europeia, sendo, em nosso entender, um programa decisivo para promover a cooperação no domínio educativo entre os vários Estados associados

Mas, para além desta cooperação, encontra a sua concretização específica em diversas áreas concretas, que importa salientar e que são as seguintes: a organização da mobilidade estudantil através da concessão de bolsas, da criação de um sistema europeu de créditos capitalizáveis para facilitar o reconhecimento pela própria instituição de origem das disciplinas frequentadas; o fomento da mobilidade de professores e o desenvolvimento de projectos de estudo em parceria com docentes de várias instituições, entre outras acções específicas.

Contudo, o isolamento político que se viveu em Portugal, durante anos, ou décadas, e ainda um relativo afastamento geográfico de Portugal em relação aos centros de decisão europeus acabaram por criar, e ainda hoje se sente isso, um certo afastamento e algumas resistências dos portugueses, e dos jovens em particular, em relação ao projecto europeu e à construção de um possível desígnio supranacional. Por isso, há hoje «eurocepticismos» que prevalecem

Daí que, no nosso entender, a escola portuguesa, e em particular a universidade, possam e devam ser palcos fundamentais para promover esta adesão a novos conhecimentos, a novas experiências e, sobretudo, ser o motor de uma discussão partilhada sobre a própria construção europeia

São conhecidas as dificuldades, sobretudo de natureza económica e financeira, que quer os estudantes quer os professores portugueses têm comparativamente com os seus congéneres europeus para poderem ter experiências curriculares e académicas fora do País. Sabe-se também

que há em Portugal um certo atavismo quanto à afirmação da nossa (dos jovens) independência e autonomia em relação às próprias famílias. É-se autónomo e independente muito mais tarde do que no resto da Europa.

Há um sem-número de outras razões que poderiam ser aqui convocadas para referenciar que programas como o ERASMUS são sobremaneira importantes para permitir experiências curriculares e académicas na Europa, para permitir, no fundo, diferentes abordagens do ensino universitário.

Por isso e porque, neste momento, Portugal preside à União Europeia, há, da nossa parte, em particular da minha, enquanto Deputado do Partido Socialista, uma grande expectativa quanto a medidas tomadas nesta área para promover, por um lado, um incremento financeiro para este mesmo programa e, por outro, um alargamento do universo de estudantes portugueses que têm acesso a este tipo de programas. Por isso, há hoje 1500 universidades e institutos públicos que permitem este tipo de troca de experiências.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado, já terminou o seu tempo, pelo que agradeço que conclua

**O Orador** — Sr Presidente, vou já concluir

Se me permite, vou só colocar duas questões objectivas ao Sr. Secretário de Estado. A primeira tem a ver com o que acabei de referenciar uma vez que presidimos à União Europeia, gostaria de saber que medidas é que a presidência tomou no sentido de reforçar financeiramente os programas em apreço, ou seja, o SÓCRATES e, no que respeita ao ensino superior, o ERASMUS, e para alargar o universo de potenciais candidatos.

A segunda questão é a de saber que medidas é que o Governo português tomou ou pretende vir a tomar para fomentar um acesso crescente de jovens portugueses ao programa ERASMUS, entre outras componentes do Programa SÓCRATES.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, para o que dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior** — Sr Presidente, responderei de imediato e guardarei o resto do tempo para partilhar com o Sr. Deputado Ricardo Castanheira algumas considerações sobre a grande importância de um projecto de mobilidade como o que o ERASMUS proporciona.

No âmbito da presidência portuguesa, há três iniciativas que gostaria de sublinhar. A primeira tem a ver com a organização, ocorrida em Lisboa nos dias 17 e 18 de Março, da conferência de lançamento dos Programas LEONARDO II, SÓCRATES II e Juventude, incluindo-se o ERASMUS no SÓCRATES II. Participei nessa conferência e pude testemunhar que foi um acontecimento extraordinariamente importante, na medida em que foi muito participada por largas e qualificadíssimas delegações de todos os países, constituindo, segundo me pareceu, não apenas a consolidação destes programas, mas, sobretudo o pôr na agenda europeia um tema, que se liga por inteiro a esse programa no seu conjunto, que é justamente o da sociedade da aprendizagem.

O que aí foi tratado vem mostrar-nos que, hoje, as estruturas de ensino superior — para nos determinos só nesse ponto — têm uma oportunidade e são desafiadas de uma forma extraordinariamente estimulante pela mobilidade. E quem conhece a vida das universidades sabe que muito do que de mais inovador se vai fazendo na alteração dos *curricula* e nas práticas pedagógicas é pressionado, eu diria saudavelmente pressionado, pelos estudantes que, percorrendo a Europa, vão vendo, por todas as universidades, quais são as melhores práticas.

A segunda iniciativa — e esta dirige-se, muito directamente, a algumas das suas preocupações — tem a ver com o estudo que foi proposto por Portugal no âmbito do ERASMUS, que tem em vista analisar a natureza, o nível e as formas de apoio financeiro existentes nos Estados-membros no âmbito da educação e, justamente, avaliar da viabilidade da criação de um sistema europeu de apoio financeiro à mobilidade dos estudantes.

Ora, o que é que isto quer dizer? Quer dizer que se procura — para além do que o ERASMUS representa, como condições materiais, financeiras e de mobilidade — avaliar que outros sistemas existentes na União Europeia, no âmbito do ensino superior, serão utilizáveis para acelerar esses processos de mobilidade. Mas, como isso está ligado à existência de outras formas de apoio financeiro, o estudo vai também avaliar, identificar e promover, junto dos estudantes portugueses e dos europeus em geral, essas outras formas de apoio financeiro para essa mobilidade que permitam aos estudantes ter oportunidades que vão para além do próprio programa.

Este estudo está praticamente concluído, o seu relatório final será entregue ainda no primeiro semestre deste ano e julgo que servirá não só para alargar o conhecimento das condições existentes como para promover a mobilidade.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Secretário de Estado, peço-lhe para concluir, porque o seu tempo já se esgotou.

**O Orador** — Sr Presidente estou a terminar.

A terceira iniciativa tem a ver com uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu que, justamente, trate de aumentar e de agilizar todas as condições que são inerentes à mobilidade.

Hoje, se quisermos que esta mobilidade seja perfeita, há que considerar um conjunto de outras questões, tais como fiscalidade, saúde, apoios ao alojamento, acesso aos bens culturais, que são muito mais difíceis de mobilizar e estabelecer que um simples programa como este que as universidades têm conhecido. Portanto, é necessário — o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu têm como adquirida essa recomendação, que foi desenvolvida durante a presidência portuguesa — que essas condições estejam mobilizadas e que sejam alargadas a outras entidades que não apenas aos estudantes, mas também aos formandos, aos jovens voluntários, aos docentes e aos formadores.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para pedidos de esclarecimento adicionais, estão inscritos, além do Sr. Deputado Ricardo Castanheira, os Srs. Deputados José Cesário e Pedro Mota Soares.

Tem a palavra o Sr Deputado Ricardo Castanheira, a quem peço que seja breve, porque ultrapassou em muito o seu tempo da primeira vez que interveio

**O Sr Ricardo Castanheira ( PS) —** Com certeza, Sr Presidente

Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, permita que comece por regozijar-me com as respostas obtidas Seguramente mais do que eu, os estudantes que hoje assistem a esta sessão — que são os principais destinatários deste tipo de programas — ficaram com a noção exacta de que existe, por um lado, o tal reforço substancial das verbas para as dotações orçamentais destes programas e, por outro, de que, mais do que isso, será dado um passo em frente no que diz respeito a outro tipo de preocupações e a uma certa democratização no acesso a este tipo de programas pelos estudantes portugueses

Mas, permita-me que insista e que, ao observar de forma atenta os dados estatísticos que temos hoje ao nosso dispor, sublinhe o seguinte os países mais ricos da União continuam a ser aqueles que têm mais jovens e mais instituições envolvidas Ora, parece-me existir nisto uma contradição, que é a seguinte: estes programas, que se destinam, exactamente, a uma partilha, a uma cooperação e, por isso mesmo, a um fomento da mobilidade, deveriam ter um incremento financeiro essencialmente em países como Portugal, onde existem ainda discrepâncias do ponto de vista do desenvolvimento e do acesso aos bens culturais, aos bens educativos e a este tipo de experiências curriculares e académicas Por isso, refiro esta preocupação, insistindo nela Não gostaria de passar-lhe ao lado

Sr Secretário de Estado, deixo-lhe uma última pergunta, que poderá, eventualmente, fugir do alcance das competências de V Ex<sup>a</sup> e estar a coberto da autonomia universitária tem o Governo conhecimento de contratos institucionais celebrados entre instituições universitárias portuguesas e outras europeias, nomeadamente sobre o alargamento do espectro de novas áreas de estudo? Refiro-me, em concreto, às novas tecnologias, à informática, no fundo àquilo que é o futuro e que hoje, também por via disso, gera já novas formas de analfabetismo, novas formas de discriminação

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) —** Tem a palavra o Sr Deputado José Cesário

**O Sr José Cesário ( PSD) —** Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, foi de uma forma interessada que ouvi V Ex<sup>a</sup> dissertar sobre a mobilidade dos estudantes no contexto da Europa de hoje A esse título, recordo a V Ex<sup>a</sup> que o Instituto Politécnico de Viseu é um polo importante do ERASMUS, fruto, aliás, da sua localização estratégica privilegiada em termos de vias de comunicação

A esse título — julgo também ser do interesse de V Ex<sup>a</sup> distinguir e apostar no desenvolvimento deste Instituto Politécnico —, gostaria de saber se, quanto ao mesmo Instituto, já tem resposta à proposta que lhe foi feita para a criação da nova escola superior de saúde, bem como da escola superior de comunicação e de artes, que o respetivo presidente lhe propôs É que, pelo menos relativamente à primeira das escolas referidas, foram geradas algumas expectativas, tendo em conta declarações de alguns membros do Governo e de alguns Deputados desta Casa

Uma segunda questão, num contexto diferente, prende-se com a dissertação de V Ex<sup>a</sup> sobre a mobilidade dos estudantes a nível da União Europeia Sobre isso tenho uma grande preocupação que tem a ver, muito especificamente, com os filhos dos nossos emigrantes em todo o mundo, e em particular, neste caso concreto, na Europa, mas, fundamentalmente, com os luso-descendentes

A questão que lhe coloco é a seguinte: entende o Governo português que, de acordo com o desenvolvimento da sua política de cooperação, a sua política de negócios estrangeiros e a sua política de educação, é possível criar programas específicos que permitam aos filhos dos emigrantes portugueses no exterior terem mobilidade de contactos com o País — que é dos seus pais, e que é deles também —, com as escolas, com as instituições, com os centros culturais que existem em Portugal? É possível o Estado português facultar a esses jovens a sua deslocação maciça ao seu País? Com toda a franqueza, julgo que esta é a única forma que temos de garantir-lhes uma ligação efectiva à sua cultura, ao seu País de origem

**O Sr Fernando Seara ( PSD) —** Muito bem!

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) —** Também para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

**O Sr Pedro Mota Soares ( CDS-PP) —** Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Secretário de Estado, estamos hoje aqui a falar de uma coisa que é, de facto, numa dimensão europeia, um dos problemas mais importantes Díria, até, com certo humor, que esta é a parte boa da Europa Certamente que há outras partes boas da Europa, mas esta, se calhar, representa uma das coisas que a Europa tem de melhor.

Quando falamos de uma coisa tão importante, como a mobilidade dos estudantes a nível europeu, estamos a falar de uma realidade que talvez se prenda com alguns dos objectivos que foram atrás mencionados, mas que se prende com uma coisa fortíssima, que é a integração que conseguimos ter no seio dessa mobilidade tão importante

Tive a sorte de estar presente no lançamento do Programa LEONARDO II e do Programa SOCRATES II, de que o Sr Secretário de Estado há pouco falava, tendo ouvido um conjunto de intenções importantes — algumas intervenções pareceram-me, de facto, muito importantes —, nomeadamente algo que hoje não foi aqui falado, ou seja, que o próprio conceito de mobilidade está a ser alterado Com as novas vias de comunicação, com as novas auto-estradas de informação, acima de tudo com a *Internet*, o próprio conceito de mobilidade física está a ser alterado Isso é algo que, de facto, tem importância crescente para este problema, pelo que tenho pena de ainda não ter sido referido aqui hoje

Mas há três questões muito concretas que gostaria de colocar, porque me parece serem das mais importantes que ficaram por resolver e que, infelizmente, não vi tratadas nesse encontro que se realizou sob a presidência portuguesa Por isso, Sr Secretário de Estado, vou colocar-lhas a si, porque, de facto, o Governo, através de V Ex<sup>a</sup>, tem alguma coisa a dizer

Em primeiro lugar, Sr Secretário de Estado, não lhe parece que o Programa ERASMUS continua a ter, em Portugal, como universo, um grupo muito reduzido? Que

o conjunto de pessoas que tem acesso a esse Programa continua a ser, infelizmente, um conjunto de *happy few*, ou seja, muito poucos, para o objectivo e a importância que tem.

Em segundo lugar, gostava de saber que dimensão é que o Programa ERASMUS pode ter, numa lógica de que ouvi falar nessa conferência, mas para a qual não ouvi respostas, que é a da educação contínua e da educação para o resto da vida. Felizmente, em Portugal, e cada vez mais se percebe isso, os jovens e os próprios profissionais estão a perceber que, se calhar, os cursos que tiraram, de cinco anos, de três anos, de seis anos, não lhes bastam para a vida, que a educação é uma realidade contínua E, infelizmente, este Programa ERASMUS ainda não consegue abranger essa realidade.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral).** — Sr. Deputado Pedro Mota Soares, tem de concluir, porque o tempo de que dispunha está esgotado.

**O Orador.** — Terminei já, Sr. Presidente, com uma última questão, a meu ver, muito importante, que tem a ver com a ligação mais efectiva que tem de existir entre este tipo de programas e a sociedade civil e, se calhar, ainda mais entre a própria comunidade empresarial e esta mobilidade.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral).** — Para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais, com a chamada de atenção de que dispõe apenas de 8 9 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

**O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou responder pela ordem por que me foram pedidos os esclarecimentos

Em primeiro lugar, agradeço o ponto que foi introduzido pelo Sr. Deputado Ricardo Castanheira, porque se refere a um aspecto de facto essencial e que contém, no novo Programa ERASMUS, inovações significativas.

Os contratos institucionais, desde logo, passam a ter uma dimensão plurianual muito mais reforçada, o que é extraordinariamente importante, sobretudo para os projectos das faculdades e das entidades que neles participam, na medida em que podem organizar-se e, sobretudo, investir em áreas que exigem mais tempo do que aquele que é inerente à deslocação dos estudantes através de uma bolsa, que é, por natureza, anual ou até menor.

Os contratos institucionais permitem, por exemplo, apostar e dar maior importância às chamadas redes temáticas. Pela minha parte, por experiência pessoal, pois participei em vários projectos deste Programa ERASMUS na minha vida universitária, sei que este é um dos aspectos mais interessantes, designadamente porque consiste no seguimento numa mobilidade simultânea de professores e de estudantes e numa prática de ensino intensa e focalizada simultaneamente para esses estudantes. Isto é, não estamos apenas numa situação, chamemos-lhe assim, bilateral, como sucede quando um estudante se desloca de um país para outro, estamos numa rede que, em geral, envolve um conjunto largo de países.

Devo dizer que este é um dos aspectos mais estimulantes, do ponto de vista da tradução dos impactos destes programas nas próprias práticas dos docentes. É que, se é verdade que, enfim, a mobilidade dos estudantes — e já o

disse há pouco, mas todos o sabemos — é um fermento essencial para a modernização e para o desafio às próprias instituições, também é verdade que importa envolver os estudantes nessa questão.

Além disso, para além das redes temáticas, os contratos permitem novas áreas, e a área das novas tecnologias é justamente uma delas. Portanto, a resposta que lhe dou vai no sentido afirmativo, pois parece-me que, de facto, se trata de um ponto que depende basicamente da acção das instituições e da autonomia universitária. De qualquer forma, conhecêmo-lo e estamos a segui-lo com muito interesse.

**Sr. Deputado José Cesário,** elogio esta globalização do problema, visto que conseguiu ligar o Programa ERASMUS à proposta de uma escola em Viseu E, em nome da globalização das coisas, parece-me que não é de mais juntar tudo, razão pela qual não deixo de responder à sua pergunta

#### Risos

Em todo o caso, e porque me pareceu estar presente na Sala, porventura na Mesa, quando respondi às questões sobre escolas de saúde, remeto-o directamente para o que disse há pouco, tendo em conta que o relógio já vai adiantado.

#### Vozes do PSD — Ainda tem muito tempo!

**O Orador** — Quanto à questão dos filhos dos emigrantes, devo dizer-lhe, tendo também em conta a experiência universitária que tenho, que Portugal recebe ainda poucos estudantes no âmbito do ERASMUS, embora, desse ponto de vista, haja instituições particularmente activas Aliás, nesse domínio, só por humildade é que não cito a minha própria universidade e facultade. E devo dizer-lhe que, no conjunto dos estudantes que recebemos, os estudantes que estudam nos países europeus que não Portugal, filhos de emigrantes, são um contingente muito importante, pelo que há toda a vantagem em utilizarmos este instrumento, que é um instrumento geral da União Europeia, para que tenhamos um aproveitamento especial dele por parte dos filhos dos emigrantes

É certo que, neste domínio, outras iniciativas podem e têm sido tomadas e, como sabe, há regimes especiais de acesso ao ensino superior para estas situações. Evidentemente, queremos dar muita atenção a isso e parece-me que deve ser privilegiado, embora nas circunstâncias que temos hoje de acesso ao ensino superior devamos também ter um justo equilíbrio entre o acesso normal e o acesso por condições especiais. Mas esta é, seguramente, uma das modalidades de acesso especial que merece mais atenção

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares, partilho consigo dessa ideia, mas, se compararmos a evolução dos estudantes portugueses, e sobretudo das instituições portuguesas que participam no Programa ERASMUS, temos hoje um crescimento muito importante e muito confortável. Aliás, pelo conhecimento que tenho, devo dizer-lhe que, mais do que esses números, o que me parece muito interessante é constatar a crescente intensidade de participação de uma instituição que entra na rede ERASMUS. É que, geralmente, em muitas escolas, sobretudo nas mais novas, essa participação traz consigo a criação de gabinetes que,

depois, são muito activos no âmbito de outras relações internacionais, como gabinetes de assuntos europeus e gabinetes de relações internacionais. Portanto, o peso que isso tem na vida institucional é muito maior do que aquele que pode ser aferido pelo número frio das 71 instituições universitárias portuguesas que participam no Programa ERASMUS ou dos 2200 estudantes que estão nele envolvidos. Mas é um número pequeno — partilho absolutamente dessa ideia —, sendo certo, no entanto, que tem tido um crescimento assinalável. E não vale a pena fazer agora contas percentuais que seriam enganosas em face do número base.

Portanto, desse ponto de vista, digo-lhe que gostaria bastante de ver este número acrescido. Não é muito uma questão em que, digamos, a política do Governo seja mais relevante do que o incentivo que é dado às instituições, mas o nosso papel é esse. De resto, o meu próprio gabinete tem procurado desenvolver outros projectos bilaterais — e fá-lo com o CRUP —, designadamente aqueles que, como disse, são feitos ao abrigo de convénios bilaterais, os quais complementam, de certa forma, nos diferentes aspectos da mobilidade, aquilo que o ERASMUS proporciona. O grupo é reduzido, tem sido crescente mas, enfim, vamos, seguramente, apostar em aumentá-lo.

Quanto às questões da educação contínua, obrigam a que olhemos para o conjunto dos programas e não apenas para o ERASMUS. O ERASMUS também desempenha um papel a esse nível, designadamente no que tem a ver com as pós-graduações, visto que é acessível a elas e tem sido bem utilizado, mas chamo a atenção, em especial para o Programa LEONARDO. Estou a falar de um programa que não é da minha área mas que nem por isso desconheço e cuja realidade, se calhar, é pouco conhecida em Portugal.

O Programa LEONARDO tem hoje excelentes experiências, de que conheço algumas muito de perto, justamente de imediata inserção do estudante recém-licenciado no mundo internacional. Devo dizer-lhe que, hoje, temos um conjunto notável de jovens quadros portugueses com carreiras internacionais nas empresas, nos termos do Programa LEONARDO. E aqui, a chave, segundo me parece, é ligarmos bem as duas coisas. Por isso, a presidência portuguesa apostou bem quando quis juntar os três programas a que há pouco aludi.

A terceira questão que colocou parece-me que tem exactamente a ver com isto. Na minha opinião, o Programa LEONARDO é o bom caminho, porque, como sabe, muitos dos projectos no âmbito deste Programa são feitos em conjunto com as universidades. Aliás, são vários os estudantes que entram logo num período de formação, porque muitas empresas, sobretudo as grandes empresas internacionais, onde as carreiras desses jovens portugueses se desenvolvem, são, elas próprias, agentes de formação.

Portanto, parece-me que há aqui um caminho de articulação e de sinergias que está a ser bem alcançado.

**O Sr Presidente (Mota Amaral):** — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte agendada para hoje, sobre os atrasos nas obras do projecto do Alqueva, a qual vai ser formulada pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a construção de Alqueva, nas suas diferentes valências, está, em nossa opinião, muito atrasada. Está atrasada, como o Sr. Secretário de Estado sabe, pelo menos em mais de três meses no que diz respeito às obras de construção civil, mas também está atrasada na aprovação dos planos de ordenamento e de desenvolvimento turístico, na definição dos sistemas agrários, o que inclui a questão fundiária e o novo ordenamento cultural, na definição das perspectivas para as actividades agro-industriais, na definição e instalação das estações de monitoragem entre a fronteira do Caia e Alqueva para controlo da carga poluente proveniente de Espanha, na reconstrução da rede viária alternativa à que vai ficar submersa e, finalmente, está envolta em polémica entre a EDIA, o agrupamento de empresas responsável pela construção e os projectistas.

O Governo garantiu, várias vezes, que as comportas encerrariam no Inverno de 2000, data prevista para o início do enchimento da albufeira. O atraso de três meses agora anunciado significará, de facto, um atraso de um ano, porque o início do enchimento só poderá começar a ser feito no Inverno de 2001. Entretanto, multiplicam-se as críticas entre os vários intervenientes no processo, com pedidos de indemnização mútua entre a EDIA, da tutela e responsabilidade do Governo, o agrupamento de empresas responsável pela empreitada principal de construção civil e o projectista.

No plano agrícola, componente estratégica do empreendimento, a indefinição e o atraso também são evidentes e extremamente preocupantes: quem vai beneficiar, o que se vai produzir, os campos experimentais que não existem e que precisam de vários anos para terem efeitos ao nível da sua aplicação e experimentação, a formação dos agricultores para passarem de uma cultura de sequeiro para uma cultura de regadio, as questões de comercialização e de transformação agro-industrial, tudo ou quase tudo está por começar. A única coisa que se conhece é a realização de um colóquio recente sobre as várias hipóteses de ordenamento cultural.

Há projectos concretos de investimento turístico que estão parados e em risco de procurarem outras paragens por falta dos planos de ordenamento, cuja elaboração, se está a ser feita, está a sé-lo no mais completo segredo, sem qualquer participação, por exemplo, do poder local ou das entidades regionais responsáveis pelo turismo no Alentejo.

Não há qualquer trabalho de integração e articulação entre a actividade agrícola e as restantes actividades. E, sobretudo, não há qualquer articulação visível nem planeamento integrado entre os vários ministérios e departamentos do Estado envolvidos no projecto. O País, Sr. Secretário de Estado, está a correr sérios riscos de que não se faça de Alqueva a alavanca de desenvolvimento que o empreendimento pode e deve constituir para o Alentejo, alavanca na qual o PCP sempre tem estado, e continua a estar, profundamente empenhado. E isto por responsabilidade do Governo. O PS auto-eloga-se permanentemente por ter avançado com a obra.

**O Sr. António Saleiro (PS):** — E é verdade!

**O Orador:** — o que, além do mais, não é historicamente verdade.

**O Sr Luís Marques Guedes ( PSD) — Exactamente!**

**O Orador** — Mas a verdade é que é a incompetência, a falta de articulação e a indiferença com que o Governo está a acompanhar a obra que se podem tornar os responsáveis por frustrar, Sr Presidente, as expectativas dos alentejanos e do País

São estas as questões que gostaríamos de ver esclarecidas nesta pergunta

**O Sr Bernardino Soares ( PCP)** — Muito bem!

**O Sr. Presidente ( Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento

**O Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento (Ricardo Magalhães)** — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados, Sr Deputado Lino de Carvalho, creio que há, estou seguro, dois aspectos em que estamos de acordo. Em primeiro lugar, estamos de acordo em dizer que este projecto de Alqueva, um projecto de desenvolvimento regional, era um sonho que já tinha «barbas brancas» e que finalmente, concordará comigo, deixou de ser sonho e está em execução. Nesse aspecto não nos consegue contrariar, já que não foi este Governo mas o anterior que, em Dezembro de 1996, arrancou com o sistema Nisso, seguramente, estamos de acordo.

Mas há uma segunda coisa em que estamos em sintonia. É que, ao falarmos de Alqueva, não estamos a falar de uma obra vulgar ou banal.

**O Sr Paulo Portas ( CDS-PP)** — Pois não! Estamos a falar de uma obra de Santa Engrácia!

**O Orador** — tanto pelo seu âmbito como pela sua escala e valências Deixem-me dizer-lhes que houve uma altura em que mais de 200 frentes de trabalho estavam em curso no terreno, pelo que compreenderão que não estamos a falar de algo banal, antes pelo contrário, já que este é, a todos os títulos, um empreendimento excepcional que exige, obviamente, coordenação, articulação e uma fiscalização muito exigente

Numa barragem ou num aproveitamento deste tipo, em qualquer parte do mundo, acontecem também alguns imprevistos. Isto a propósito. Sr Deputado, do «enorme» atraso de que fala, ou seja, de um atraso de três meses em quatro anos. É a isto que chama enorme atraso numa obra desta complexidade? No Inverno de 1997, mais concretamente entre Novembro desse ano e Fevereiro de 1998, houve cheias — São Pedro não nos ajudou —, por quatro vezes as ensecadeiras foram galgadas, o leito da obra foi alagado e o consórcio dos empreiteiros reivindicou quatro meses e meio de paralisação com as correspondentes «indemnizações». Já falaremos mais a propósito deste imprevisto.

Um segundo imprevisto, dois anos e meio depois da obra estar em curso, ocorreu quando começaram os trabalhos das fundações, porque uma falha prevista no projecto, a falha 22, tinha uma dimensão que os apurados trabalhos de prospecção não conseguiram detectar. Tal traduziu-se imediatamente em questões de segurança e durante um mês e meio os trabalhos dessa frente tiveram de ser suspensos para repormos as condições de segu-

rança que impuseram, de imediato, um ritmo de execução da barragem mais lento

Estes dois imprevistos estavam previstos, isto é, não eram assim tão imprevistos, porque no projecto estavam bem precisados. Por isso, da nossa parte, da parte da empresa, não aceitámos aquilo que o consórcio pretendia e tivemos de entrar num processo de contencioso num tribunal arbitral. Da nossa parte, da parte do Estado, na defesa do bem público, estamos dispostos a reivindicar as indemnizações correspondentes

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente ( Mota Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr Lino de Carvalho ( PCP)** — Sr Secretário de Estado, estamos, de facto, em sintonia quanto à importância da obra. Quanto a quem fez o quê, lembro-lhe que, em 1975, o Conselho de Ministros aprovou a realização do projecto, e, por acaso, era o PCP que estava, na altura, no ministério

**Vozes do PS** — Ah!

**O Orador** — Em 1978, o governo do Partido Socialista mandou interromper as obras que já podiam ter sido iniciadas. Depois, em 1993, houve uma decisão do Conselho de Ministros para avançar com o empreendimento. Portanto, se o Governo do PS finalmente avançou, fê-lo com 20 anos de atraso em relação às suas responsabilidades no bloqueio do empreendimento.

Mas, Sr. Secretário de Estado, não é isso que nos traz aqui. É evidente que se trata de uma obra de grande dimensão que pode ter essas dificuldades, Sr. Secretário de Estado. No entanto, essas dificuldades não decorrem principalmente das enxurradas, porque já depois das enxurradas a EDIA e o Governo vieram dizer que se mantinham todos os calendários. Como o Sr Secretário de Estado sabe, houve alterações no projecto, e são essas alterações que justificam os valores das indemnizações pedidas por uma parte e outra. Mais do que isso, Sr Secretário de Estado o atraso não é de três meses. Na realidade, um atraso de três meses traduz-se num atraso de um ano, porque significa que o enchimento da barragem só se vai fazer no Inverno seguinte, que é quando vem outra vez a época das chuvas.

Para além disso, ainda há uma semana o presidente de uma das empresas do agrupamento complementar de empresas dizia o seguinte: «O projecto está actualmente parado nas suas várias frentes de trabalho. Nem sequer existe um projecto para se poder acabar a empreitada.» Pergunto se isto é ou não verdade. O que diz o Governo? Quanto vai custar mais ao Estado este conjunto de atrasos? Por que é que se opta por sistemas de rega a céu aberto, que custam muito mais ao Estado, e não se estudam outras soluções alternativas que, segundo os seus proponentes, custariam menos 4 milhões de contos e eram mais defensáveis de acordo com estudos ambientais? Não sei se são, mas gostaria que se estudassem essas alternativas.

Finalmente, a questão é a seguinte: o Sr Secretário de Estado respondeu-me a essa componente, e mal, mas não

me respondeu às outras componentes. Não fez referências aos planos de ordenamento, à articulação entre os diversos ministérios e à questão do sistema agrícola, que é uma componente estratégica. O Sr. Secretário de Estado, que, aliás, se preocupa com o planeamento, não está preocupado com a ausência de articulação entre os diversos ministérios em todo este sector, para além dos atrasos na obra de construção civil? Responda-me às questões concretas que estão em cima da mesa. Sr. Secretário de Estado!

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, os Srs. Deputados Gavino Paixão, Rosado Fernandes e Maria do Céu Ramos

Tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão

**O Sr. Gavino Paixão (PS)** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, já valeu a pena o PCP ter feito a pergunta que fez, porque já ficámos a saber que o «pai» de Alqueva foi o PCP, em 1975, e não o Governo do Partido Socialista, que decidiu, em boa hora e ainda sem ter a certeza dos apoios vindos da União Europeia, avançar, independentemente desses apoios. O Governo decidiu avançar inequivocamente e penso que esse foi o sinal claro que o Partido Socialista deu, o que foi importantíssimo para arrancarmos finalmente com a obra de Alqueva

**O Sr. Carlos Zorrinho (PS)** — Muito bem!

**O Orador** — O Partido Comunista, por outro lado, esteve, durante muitos anos, ao lado do Partido Socialista na defesa desse projecto, e é bom reconhecer aqui que foi importante o contributo que o PCP deu desde sempre a Alqueva. Todavia, a partir de 1996 calou-se, pura e simplesmente, ou seja, deixou de falar de Alqueva e vem agora, ao sinal de alguns atrasos, que, como já foi dito, e bem, pelo Sr. Secretário de Estado, numa obra desta envergadura, podem acontecer e acontecem, questionar esses mesmos atrasos.

No entanto, creio ser mais importante encarar a obra de Alqueva e a EDIA, que está a suportar essa obra, como uma empresa de desenvolvimento e infra-estruturas de Alqueva e nunca como uma empresa de desenvolvimento das infra-estruturas de Alqueva. O que quero dizer com isto é que a EDIA é um instrumento importantíssimo de desenvolvimento que vai muito além da construção da própria barragem. Penso que esses aspectos é que devemos realçar, bem como a importância desse projecto.

A pergunta que queria colocar ao Sr. Secretário de Estado é a seguinte: a data que estava inicialmente prevista na empreitada, que era, se a memória não me falha, o Verão de 2002, vai ser ou não respeitada? Faço-lhe esta pergunta, porque isso, ao fim e ao cabo, é que interessa.

**O Sr. Carlos Zorrinho (PS)** — Muito bem!

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Peço a palavra para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para defesa da honra da bancada, Sr. Deputado?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Exactamente, Sr. Presidente!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — E tem a certeza que ela foi agravada?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Foi, sim, Sr. Presidente!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Não notei, mas, em todo o caso, tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Sr. Presidente, há expressões que não podemos deixar passar em claro, mesmo que a ofensa não seja muito profunda, porque ficam registadas em acta e o silêncio pode significar acordo.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem! Tem toda a razão!

**O Orador** — Ora, como não concordamos, temos de reagir.

Sucede que foi dito aqui que o PCP se calou a partir de 1997 ou de 1998. O Sr. Deputado Gavino Paixão sabe que falta à verdade, porque sabe que trouxeinos todos os anos à Assembleia, em debates públicos e em colóquios, toda a questão de Alqueva e todas as preocupações que temos com Alqueva.

Estamos, obviamente, como disse o Sr. Secretário de Estado, e bem, em sintonia com todos aqueles que pensam que Alqueva é uma alavanca de desenvolvimento, mas estamos preocupados com o facto de os senhores terem feito de Alqueva uma bandeira de propaganda partidária, não tendo assumido todas as medidas concretas de planeamento integrado que permitem fazer de Alqueva, mais do que uma bandeira partidária, uma alavanca de desenvolvimento.

Assim, corre-se o risco de poder vir a transformar este projecto num «elefante branco», frustrando as expectativas dos alentejanos e do País. Esta é a questão que nos preocupa.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — Quanto às datas, Sr. Deputado Gavino Paixão, devo dizer-lhe que tenho aqui um documento oficial do Governo e da EDIA. Tenho aqui os calendários, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado não sabe, mas, com o largo currículo que ganhou enquanto esteve à frente da CCRA, de acordo com a sua própria entrevista, deveria sabê-lo, seguramente.

*Risos do PCP*

Mas, voltando à questão, o documento da EDIA diz o seguinte: «( ) historial do empreendimento 1975 »

**O Sr. Gavino Paixão (PS)** — Foi em 1977!

**O Orador** — «( ) 1975, aprovação pelo Conselho de Ministros da realização do projecto ( )». O Sr. Deputado sabe quem é que estava no Ministério das

Obras Públicas, nesta altura? Era o PCP Poderia ser outro partido, mas, por acaso, era o PCP

O mesmo documento refere, ainda, que, em 1978, houve uma interrupção das obras O Sr Deputado sabe quem estava no governo nesta altura? Era o governo do Partido Socialista

**O Sr Paulo Portas ( CDS-PP) — E o CDS!**

**O Orador — E o documento continua por aí fora**

Portanto, a questão central, Sr Deputado Gavino Paixão e Sr Secretário de Estado, não é a pergunta que o Sr. Deputado fez, procurando dar a volta ao problema, mas, sim, a que está neste documento oficial e que diz o seguinte «O calendário previsto para o início do enchimento da albufeira de Alqueva mantém-se para o Inverno do ano 2000, data em que se prevê o fecho das comportas da nova barragem» É esta a questão a que o Sr Secretário de Estado tem de responder Porque, o que está em causa não é a suspensão da execução da obra toda mas o inicio do fecho das comportas para a albufeira começar a encher no Inverno de 2000, e não um ano depois, como vai resultar deste atraso de dois anos

A outra questão, Sr Secretário de Estado e Sr Deputado Gavino Paixão, mais do que as obras de construção civil, que, naturalmente, são importantes, insisto, é o problema da articulação do planeamento integrado, ou seja, da articulação entre a valia agrícola a as outras valias, e também o problema dos planos de ordenamento No fundo, Sr Secretário de Estado, trata-se da questão de um plano de ordenamento do território para toda a região do Alentejo que integre as diversas valências e que crie as sinergias para fazer de Alqueva um instrumento de desenvolvimento, e não mais uma grande obra de construção civil

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Deputado Gavino Paixão, dispondo, para o efeito, de 3 minutos**

**O Sr Gavino Paixão ( PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, o Sr. Presidente tinha toda a razão para estranhar o pedido de palavra de V. Ex.<sup>a</sup> para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada, porque creio não ter ofendido, minimamente, a honra quer da bancada do PCP quer do Sr Deputado Penso que o que o Sr Deputado fez não foi mais do que utilizar uma figura regimental para tentar dizer algo que não tinha tido oportunidade de dizer no inicio. Porque, sinceramente, Sr Deputado Lino de Carvalho, não pretendo ter o seu currículo, já o ouvi falar sobre agricultura, obras públicas, economia, enfim, o senhor tem, reconhecidamente, muito talento para muitas coisas, mas não pretendo ter o seu currículo, a esse nível**

**O Sr Paulo Portas ( CDS-PP) — É o que acontece às bancadas de 15!**

*Risos do PS*

**O Orador — No entanto, em relação ao Alqueva — dai a crítica que faço ao PCP —, a verdade que, a partir**

de 1996, a partir do momento em que o governo do Partido Socialista disse (e não vou entrar em querelas em dizer que foi em 1975 ou em 1977, dou por adquirido aquilo que disse) que, independentemente dos apoios da União Europeia. Alqueva iria avançar, porque a obra era importante tanto a nível nacional como a nível regional, é que foi o momento importante E todos temos de ter a coragem política para reconhecer que este é que foi o momento importante! No entanto, a partir dai, o PCP desligou-se

**O Sr Bernardino Soares ( PCP) — O quê?**

**O Orador — totalmente da obra.**

**Vozes do PCP — Não é verdade!**

**O Orador —** e vem agora a terreiro, a pretexto de uns atrasos que já aqui foram explicados — e serão, com certeza, explicados novamente —, tentar encontrar algo que esteja a correr mal, para, novamente, não fazer de Alqueva a «bandeira», como fez até 1996, quando pretendia que o empreendimento avançasse, mas dizer que está tudo atrasado, que vai ser uma desgraça, que vai ser um novo «elefante branco»

Já estamos habituados a estas posições do PCP!

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Sr Lino de Carvalho ( PCP) — Responda ao concreto!**

**O Sr Presidente ( Mota Amaral). — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes**

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento, é uma tarefa difícil intervir num debate em que 25 000 ha cobertos de água não conseguem apagar as paixões partidárias Trata-se de um caso de paternidade, meus queridos amigos**

**O Sr Lino de Carvalho ( PCP) — É a democracia!**

**O Orador — Eu sei!**

**O Sr Lino de Carvalho ( PCP) — E a democracia é feita por partidos!**

*Risos*

**O Orador — Com certeza, Sr Deputado! Mas não esteja excitado comigo, porque não lhe fiz mal algum!**

*Aplausos do CDS-PP*

Aliás, até quero apoiar aquilo que disse, não tanto na questão do atraso, porque, se a barragem não estiver pronta em Novembro, que é o mês das chuvas, como todos sabem, pois quando é em Janeiro é uma desgraça para todos nós Mas isto é do conhecimento de todos

Em meu entender, os 25 000 ha cobertos de água, 250 km<sup>2</sup>, justificariam, de facto, o plano de ordenamento Não

vou repetir os argumentos aduzidos pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, porque estão certos, mas a verdade é que fico surpreendido por ainda se não ter começado a abater as árvores, pois é preciso abater cerca 1 milhão de árvores.

Por outro lado, ainda no outro dia recebi um telefonema de alguém que pretende fazer uma central de biomassa — o que seria bastante aconselhável, para que este País aprendesse, ao menos, a aproveitar os restos das florestas — e fiquei surpreendido com o facto de essa coisa ainda não estar a andar

**Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento — Já está!**

**O Orador —** Espero que esteja, mas o Sr. Secretário de Estado me dirá, porque não tive mais notícias do «afilto» que me telefonou

*Risos do CDS-PP e do PS*

De qualquer maneira, fui testemunha presencial «da cal» na minha terra, porque sou um íncola de perto do Guadiana, em 1956, imaginem!

Portanto, o pai está longe, e deve ser um pai incógnito, por isso, não quero sequer nomeá-lo, para não ofender os ideais democráticos do nosso Parlamento

*Risos do CDS-PP e do PS*

De qualquer modo, o que é preciso — e apoio a intervenção do Deputado Lino de Carvalho, mas com menos paixão, porque ele é mais apaixonado do que eu.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sou mais novo!**

**O Orador — É mais novo!**

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Mas não parece!**

*Risos do CDS-PP e do PS.*

**O Orador. —** Mas, em geral, os velhos são mais rezingões e mais apaixonados Isso até vem na ópera

De qualquer maneira, Sr Secretário de Estado, agradecia que nos desse informações a este respeito Gostaríamos de saber se a Junta da Estremadura vai poder regar do regolfo ou não, porque os espanhóis vão-nos obrigar a deixar regar Ou seja, gostaria de saber se aqueles que sempre regaram do regolfo vão poder continuar a fazê-lo ou se só poderão regar a jusante

**O Sr Presidente (Mota Amaral) —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos.

**Vozes do PCP — O PSD vem em defesa da barragem!**

**A Sr.<sup>a</sup> Maria do Céu Ramos (PSD). —** Sr Presidente, o PSD não vai fazer a defesa da barragem! Toda a gente sabe qual foi o papel relevante que o PSD teve no processo de criação do Alqueva, pelo que as discussões de paternidade são deslocadas, neste Hemiciclo

Gostaria que o Sr Secretário de Estado, que teve a amabilidade de vir ao Parlamento, aproveitasse para, na senda das preocupações justamente manifestadas pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, que decorrem deste atraso, assumido, mas dificilmente explicado, nos desse informações sobre o que se está a passar com aldeia da Luz

Trata-se de uma aldeia com uma população de cerca de 2000 habitantes e, se o atraso que agora se verifica em relação ao encerramento das comportas da barragem do Alqueva vai dar lugar a um atraso no enchimento do regolfo, a verdade é que, sem que isso se traduza num facto positivo, porque é muito e muito negativo, vai permitir haver mais tempo para resolver problemas candentes, sobre os quais ninguém chega a acordo

O plano de pormenor que foi aprovado para a nova aldeia da Luz e a forma como está a ser executado criam problemas gravíssimos, expectativas frustradas e fortes preocupações daquela população em relação ao futuro

Penso que todos os grupos parlamentares, bem como a Sr<sup>a</sup> Ministra do Planeamento, terão recebido há dias, tal como eu recebi, um abaixo-assinado de toda a população da aldeia da Luz, que está preocupada e quer saber como irão ser resolvidos não só os problemas da estrutura da aldeia, das condições habitacionais individuais de cada um aos agregados familiares mas também as condições relativas aos equipamentos colectivos necessários ao funcionamento da aldeia, relativamente aos quais há compromissos assumidos, publicamente, pelo Governo e é suposto serem cumpridos através do consórcio que está a executar as obras, mas não estão a ser cumpridos Penso que o sacrifício daquela população é já oneroso para que se agrave agora com o atraso das expectativas, relativamente ao projecto, e isto preocupa e prejudica todo o País, e que, para além disso, se penalize aquela população com o incumprimento dos compromissos assumidos com a construção da nova aldeia

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) —** Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento

**O Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento —** Sr Presidente, começo pelas questões colocadas pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos, centradas na aldeia da Luz

Sr<sup>a</sup> Deputada, quanto ao projecto da obra que está a ser executada, em Outubro/Novembro deste ano a obra estará concluída — isto do ponto de vista físico Usando uma imagem diria que estamos a cuidar, com um bisturi numa mão e uma lupa na outra, de um processo que, em Portugal, é de todo inovador, que tem a ver com a transferência das pessoas e com a resolução — e devo dizer-lhe que também recebi o abaixo-assinado que referiu — de pequenos/grandes problemas que alguns dos futuros habitantes da aldeia da Luz têm manifestado, como sejam as áreas, a cota de soleira, o azulejo, que não é como desejavam Mas, com a EDIA e uma equipa que está no terreno, vamos, seguramente, resolver cada um desses pequenos problemas, sendo uns individuais e outros colectivos, que estão, em alguns casos, bem identificados e que têm a ver, sobretudo, com os equipamentos de utilidade pública ou colectiva E a resolução destes problemas é fruto de um plano, que foi

discutido — foi alvo de um período de auscultação, de reuniões sucessivas com a junta de freguesia, com a autarquia —, no sentido de garantir melhores condições de vida a todos quantos, a partir de Novembro (mas também iremos estudar este *timing*), possam, repito, transferir-se para a aldeia nova, o que tem um ónus, o façam nas condições que sempre desejaram.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Rosado Fernandes, que se prende com a desmatação, devo dizer-lhe, de forma telegráfica, que, neste preciso momento, estão a ser apreciadas as propostas de desmatação. A última informação que tenho da empresa é que os trabalhos de desmatação começarão em Julho, em meados deste ano, e, em Janeiro de 2001, essa desmatação estará próxima da cota, se não estou em erro, pois não quero enganá-lo, 134 ou 135.

Portanto, foi feita a avaliação ambiental, está a correr o concurso, as propostas estão a ser analisadas, mas há um cuidado, do ponto de vista da conservação ambiental, que é o de esses estudos estarem a ser feitos pela EDIA, com o apoio de várias universidades, como sabe, no sentido de haver uma compensação ambiental, porque há espécies, do ponto de vista faunístico e florístico, que verão, seguramente, reduzida, digamos, a sua população.

Mas gostava de sublinhar é que, lado a lado, concomitantemente, com a desmatação, vai haver uma acção de plantio, o que é um dado importante. Repito, lado a lado com a desmatação, do ponto de vista ambiental e da cobertura vegetal, está a ser preparado um programa de plantio, no tempo e no espaço, paralelamente.

O Sr. Deputado Gavino Paixão fez uma pergunta objectiva e é idêntica à que foi feita no início pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho me colocou logo no início.

Vou ser objectivo o último relatório do Programa Operacional de Trabalhos do Consórcio, do dia 29 de Dezembro de 1999, há, portanto, três meses, mantém Fevereiro de 2002 como a data de encerramento da empreitada global — estou a referir-me à central da barragem —, pelo que a produção de energia começará nessa altura. Como sabe, para que essa produção tenha início, não há necessidade de o armazenamento de água chegar ao seu nível pleno, aos 152 m, logo que passe os 135 m, se não estou em erro, essa produção pode começar. Mas gostaria de sublinhar que a data contratual de Dezembro de 1996 não está alterada, isto é, Fevereiro de 2002, que é o objectivo, mantém-se. Não ouviu da minha boca dizer que não havia três meses de atraso — não ouviu! Mas deixe-me dizer-lhe que não corroboro a ideia de que adiar três meses é adiar um ano. Basta olhar para o Abril que estamos a atravessar! Se Abril for «água mil», porventura, esse armazenamento começará mais cedo. Por isso, vamos esperar!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — E o fecho das comportas, quando será concretamente?

O Orador — Será, com certeza, por essa altura. E, portanto, a partir dessa altura, o armazenamento irá começar.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Então, o início da produção é um ano depois!

O Orador — Não será preciso esperar um ano, porque, como sabe, basta olhar para 2000 para ver como tem sido o mês de Abril.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — São Pedro que nos salve!

O Orador — Eu não substituo São Pedro! Nem tenho cara de São Pedro, mas vamos esperar!

Quanto à articulação, há dois planos de ordenamento em curso um tem a ver com a necessidade de compatibilizarmos os usos da toalha de água, daquele enorme lençol de água, que será coordenado pelo Instituto da Água e acompanhado por uma comissão de acompanhamento, onde estão representados vários sectores da administração central e também as autarquias. E, portanto, este plano — aliás, os dois, mas, neste caso, refiro-me ao primeiro — da albufeira vai, seguramente, ser acompanhado pelas autarquias, que vão, a par e passo, acompanhar todo o processo. Este plano não vai ser feito «nas costas» das autarquias, pelo contrário — reconhecemos que todos os agentes da administração local, agentes públicos e privados, devem participar. Creio que deu o exemplo da área turística, de haver investimentos, de quererem começar a esboçar intervenções. Portanto, a elaboração desse plano não vai ser um processo reservado, confidencial.

Um segundo plano tem a ver com a envolvente, já não tem tanto com a toalha de água mas com a envolvente. Eu diria — não sei se a designação é esta, confesso — que é um plano regional de ordenamento, um plano intermunicipal de ordenamento que terá incidências, seguramente, em cada um dos Planos Directores Municipais e, por isso, mais não fosse por isso, as autarquias não podem ficar arredadas deste processo. Este será pilotado obviamente pela comissão de coordenação, até que as direcções regionais do ordenamento e do ambiente, à luz desta nova orgânica deste Governo, possam, digamos, pilotar este processo.

Nestes últimos 30 segundos, gostava de dar conta a esta Assembleia de que, como o Sr. Deputado também sabe, adjudicada está já a primeira fase da rega, da infra-estrutura 12, em Ferreira do Alentejo, o perímetro de Odrivelas, e de que estão em concurso já mais dois blocos — dos três, de cerca de 5800 ha — do subsistema do Alqueva. Pedrógão, o outro subsistema, abre, em Maio, o concurso para a barragem. A Aldeia da Luz, como fiz referência, a desmatação, o plano de compensações..

E deixem-me terminar desta maneira no âmbito do novo QCA e, à escala regional, no contexto do Programa Operacional Regional do Alentejo, que todos conhecem, o PEDIZA e as duas acções integradas de desenvolvimento, uma, para o norte alentejano e, outra, para a zona dos mármores, vão ser seguramente, com os planos e este sistema, fortíssimas alavancas de desenvolvimento para o Alentejo.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Espero que seja uma verdadeira interpelação, Sr. Deputado.

Tem a palavra.

**O Sr Lino de Carvalho ( PCP) —** Sr Presidente, sabe que são sempre verdadeiras as interpelações nesta Casa

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) —** Não é o que diz o Presidente da Assembleia, Deputado Almeida Santos Mas, enfim

**O Orador —** Sr Presidente, é só para informar, para efeitos dos trabalhos da Assembleia e da Mesa, que, tendo o Grupo Parlamentar do PCP solicitado, há dias, em sede da Comissão de Equipamento Social e sobre esta matéria, uma audição, a fim de ouvir, para além do Governo, o agrupamento complementar de empresas responsável pela empreitada de construção civil e a EDIA, que tendo ouvido o Sr Secretário de Estado e até estando de acordo com ele em relação a alguns dos aspectos que referiu, como, por exemplo, o da exemplaridade e das dificuldades do projecto Aldeia da Luz, já em relação ao resto, temos muitas dúvidas, pelo que vamos manter esta audição, que, em sede de Comissão, já foi aprovada, onde iremos ouvir, repito, para além do Governo, o agrupamento complementar de empresas responsável pela empreitada de construção civil, a EDIA e outras entidades que, entretanto, se justificar

**Vozes do PCP —** Muito bem!

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) —** Sobre esse assunto, a Mesa só pode desejar que essa reunião seja devidamente esclarecedora

Srs Deputados, passamos, agora, à pergunta seguinte, sobre a situação dos imigrantes a quem não é reconhecida existência legal, que será formulada pelo Sr Deputado Luís Fazenda, do Grupo Parlamentar do BE, e respondida pelo Sr Secretário de Estado da Administração Interna

Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr. Luís Fazenda (BE) —** Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Interna, o objectivo da nossa pergunta é o de saber o que pensa o Governo fazer para obviar à situação de ilegalidade e de clandestinidade em que se encontram bastantes milhares de estrangeiros, em Portugal, imigrantes, imigrantes ilegais, imigrantes que, por não serem documentados, não têm todos os direitos de cidadania que lhes são devidos e que, por isso, são explorados duplamente no nosso país por patrões sem escrúulos, tendo de reconduzir-se a uma situação de clandestinidade, que, a todos os títulos, os priva dos mais variados direitos

O País, para construir a EXPO e outras grandes obras públicas — o EURO 2004, que aí vem, ou o Alqueva, de que agora se falou —, utilizou milhares de imigrantes nessas obras, em todas elas, muitos clandestinos (no Alqueva, encontrar-se-ão certamente, sob as mais variadas formas)

Ora, nós encontramos aqui uma contradição entre a política seguida e aquilo que têm vindo a ser as declarações do Governo. De facto, o Sr Primeiro-Ministro, como presidente em exercício da União Europeia, logo na sua carta aos chefes de Estado e de governo dos Estados-membros e aqui no debate do programa da presidência, apelou a uma generosidade dos Estados europeus, no sentido de adoptarem uma política mais ampla de favorecimento à imigração. Também já no anterior mandato, o responsável

Armando Vara dizia que Portugal precisava de mais imigrantes. Agora, a própria Igreja Católica, inclusive, veio recentemente reforçar essa solicitação. Verificámos também que, a nível europeu, o Conselho de Tampere reconheceu que a política, em relação à imigração, tem sido excessivamente securitária e não tem tido em conta políticas migratórias. No entanto, o Governo vem recusando um novo período de regularização extraordinária dos imigrantes.

Sendo assim, o que pensa o Governo fazer? Como vamos regularizar esta situação? Como vamos atribuir direitos a quem não os tem, em Portugal? Como vamos disciplinar esta situação social? Tanto mais que é absolutamente previsível — o próprio Sr. Primeiro-Ministro já o disse — que venhamos a ter muitos mais imigrantes em Portugal por causa dessas grandes obras públicas que se aproximam

**O Sr Presidente ( Mota Amaral) —** Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Interna

**O Sr Secretário de Estado da Administração Interna (Luís Patrão) —** Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Luis Fazenda, o problema da imigração ilegal assume, hoje, grande relevância na maioria dos países desenvolvidos e muito em particular nos que se encontram inseridos em zonas de livre circulação de pessoas e bens, como é caso da União Europeia

A facilidade de circulação e a carência de mão-de-obra vieram criar campo para a actuação de angariadores e de verdadeiras redes de imigração ilegal, que actuam em todo o espaço europeu e, sobretudo, em todos os países de onde provém mão-de-obra clandestina, explorando em seu exclusivo benefício o desajuste entre oferta e procura

Esse problema assume, em Portugal, idênticas características a nossa situação de desemprego é extremamente baixa e o nível significativo de obras de construção civil, públicas e privadas, cria campo para tornar atractivo o fornecimento de trabalhadores a essa mesma indústria

Mas esse recurso à mão-de-obra estrangeira torna-se ainda mais aliciante para os seus promotores, quando se consubstancia na imigração ilegal, que permite empregar pessoas em condições de verdadeira exploração, com níveis de salários extremamente baixos (mas ainda assim superiores aos que podiam esperar auferir nos seus países de origem), condições de trabalho indignas e completamente fora do que a nossa legislação consigna, sobretudo ao nível dos horários de trabalho e das regalias acessórias a que qualquer trabalhador tem direito

Em resumo o dinamismo da economia nacional e, sobretudo, o ritmo de construção que se verifica no nosso país — e o Sr Deputado citou alguns dos grandes empreendimentos que o justificam — criaram um mercado de trabalho apetecível para muitos trabalhadores estrangeiros oriundos de países em que reina a pobreza, o desemprego e a extrema penúria

Essa situação é aproveitada por traficantes sem escrúulos e, também, por empregadores portugueses gananciosos e sem consciência social, os quais promovem esse verdadeiro mercado de trabalho paralelo

Entendem alguns, entre os quais o Sr Deputado — é o que deduzo do teor da pergunta que me colocou —, que seria, por isso, devida uma regularização extraordinária de imigrantes, sequente da que foi efectuada em 1996 e que,

tendo terminado os seus trabalhos no final do ano passado, levou à regularização, no nosso país, de mais de 30 000 imigrantes em situação irregular

Em nossa opinião, esta não é solução que deva ser adoptada

Primeiro, porque faria afluir a Portugal, como, actualmente, está a acontecer noutros países, nomeadamente em Espanha, um número extremamente significativo de imigrantes ilegais, provindos de todos os países da Europa, os quais, uma vez legalizados em Portugal, ficariam em todo o espaço Schengen, com toda a carga negativa que isso comportaria para o nosso país no contexto europeu

Segundo, porque o processo de regularização não viria senão abordar o problema já hoje existente, com toda a sua carga de ilegalidade, aproveitamento ganancioso e imoral gestão de expectativas de muitos que foram convencidos a vir para o nosso país com essa promessa implícita Estaríamos a dar razão, ao fim ao cabo, àqueles que, acenando com a promessa da regularização, fizeram vir para o nosso país centenas, milhares, de trabalhadores ilegais. Ou seja, se regularizássemos extraordinariamente os imigrantes que se encontram no nosso país, estaríamos a dar razão a pessoas que não merecem a nossa atenção nem, naturalmente, a nossa solidariedade.

Não queremos nem podemos fazê-lo

O que teremos que fazer, Sr Deputado, é conseguir a regularização progressiva e legal, por método ordinário, dos que queiram vir trabalhar para Portugal e, ao mesmo tempo, o País precise e queira receber

Para tal, temos que prosseguir o combate determinado a toda a imigração ilegal, a todas as formas de exploração de mão-de-obra clandestina, a todos os processos de marginalidade que aproveitem a própria condição irregular em que se encontram tais imigrantes Uma das actuações é, necessariamente, condicionada pela outra

Temos que tornar legal, sujeito a descontos para a segurança social e a contratos de trabalho respeitadores das leis portuguesas, todo o mercado de trabalho, incluindo o que assente no recurso a trabalhadores estrangeiros

Aumentando a evigência, a fiscalização e a acção policial integrada, diminuiremos a apetência pela exploração desse tipo de negócio de exploração de pessoas, tornaremos transparentes e legítimas as condições de exercício da actividade profissional de quantos laboram em Portugal .

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, o seu tempo já se esgotou largamente, pelo que peço que conclua

**O Orador** — Sr Presidente, vou terminar

Nesse sentido, tencionamos rever, em breve, o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que consigna a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

Por outro lado, reconhecemos o direito a que todas as crianças filhas de imigrantes tenham acesso à educação, em condições de abertura e igualdade, e estou em condições de garantir que a escola não funcionará, nem funciona, como centro de recolha de informação para efeitos de investigação policial da imigração ilegal

O acesso aos regimes de segurança social e de saúde vigentes no nosso país é condição da restituição da dignidade a quantos vivem em Portugal, pelo que toda a estru-

tégia que atrás fica enunciada terá como consequência natural, para aqueles que no nosso país fiquem a viver legalmente, o acesso aos mesmos direitos de segurança social e de cuidados de saúde dos da generalidade dos cidadãos

Estamos atentos e actuantes em relação a todas as matérias atrás enunciadas que se relacionam com as necessidades do mercado de trabalho, com os problemas de segurança pública, com a actividade de redes de exploração de trabalho clandestino e com todo o tipo de requisitos legais do exercício de uma actividade profissional em Portugal

Desincentivar a imigração clandestina, combater o tráfico de pessoas, reprimir a exploração de trabalho de mão-de-obra ilegal, exigir o cumprimento dos encargos inerentes à prestação de trabalho, salvaguardar um clima social e laboral respeitador das regras de concorrência e da legalidade, tudo isto são marcas da política do Governo sobre a questão da imigração ilegal

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Inscriveram-se, para pedir esclarecimento adicionais, os Srs Deputados Luís Fazenda, Manuela Aguiar, Paulo Portas, Mota Torres e António Filipe

Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Interna, é, sem dúvida, importante saber que vai haver uma revisão da lei que regula o regime legal de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional Certamente que isso propiciará um debate importante sobre a política de imigração Aliás, a palavra «imigração» não existe nessa lei, o que tem tudo a ver com um conceito acerca da própria produção normativa Em todo o caso, estaremos em absoluta convergência de ideias no combate às redes de imigração ilegal

No entanto, o Sr Secretário de Estado nada adiantou de substancial no que se refere à legalização de dezenas de milhar de imigrantes que se estão no nosso clandestinamente e que várias organizações, incluindo a igreja católica, estimam para cima de 30 000, ou seja, o mesmo volume de pessoas que a última regularização extraordinária veio resolver na sua situação actual Portanto, a nossa pergunta mantém-se

O Sr. Secretário de Estado diz que por métodos ordinários se vai regularizar essa situação Ao que sabemos, ao abrigo do artigo 88º da Lei, por razões humanitárias, milhares desses imigrantes têm vindo a pedir a regularização, mas as autorizações são pouquíssimas, são dadas a conta-gotas Ultimamente, até o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem vindo a atenuar a pressão, porque não consegue, sequer, impor métodos repressivos nesta matéria e são conhecidos os casos de obras, públicas e não só, que apenas na véspera, ou na antevéspera, de estarem concluídas é que as polícias actuam e, nesse sentido, vão ter com os imigrantes clandestinos que se encontram nessas obras Podia citar aqui variadíssimos casos

A realidade é que o País precisa dessa mão-de-obra e tem uma política de imigração restritiva Como é que se combate essa imigração ilegal? Como é que se é generoso à entrada de imigrantes em Portugal, particularmente daqueles que provêm de países de língua portuguesa?

Esta matéria, até agora, a não ser que seja aquando do debate da alteração da lei que regula a situação dos estrangeiros em Portugal, não tem uma política clara por parte do Governo

Como é que se vão resolver estas situações? Como é que se vão garantir direitos de cidadania e uma legalidade, em Portugal, a cerca de 30 000 imigrantes? Como são esses métodos ordinários?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Aguiar

A Sr<sup>a</sup> Manuela Aguiar (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados, gostaria de, por um lado, começar por lembrar que Portugal é um país de tradicional emigração clandestina e que, por isso, temos obrigação de mostrar uma especial sensibilidade para estes problemas

Devemos, evidentemente, distinguir entre redes de imigração ilegal, que devem ser combatidas, e os indivíduos, os cidadãos que estão em Portugal a ser explorados — como aqui foi referido pelo próprio Sr Secretário de Estado da Administração Interna —, sem segurança social, com salários baixíssimos e todo o cortejo de desgraças que, sabemos, acompanha essas situações

Em relação a esses trabalhadores — e antevemos que vão ser precisos ainda mais, antevemos com certeza, dada toda a série de obras públicas que se prevêem para os próximos anos, já para não falar do novo aeroporto de Lisboa<sup>1</sup> —, não vejo porque é que não se inicia, desde já, uma acção sistemática de regularização, seja através de um processo global, seja através do processo casuístico, uma vez que o nosso sistema não é fechado. Só teremos um sistema fechado se o Governo não souber compreender a problemática com que se depara e não procurar, através deste mecanismo jurídico, uma regularização permanente, sistemática e feita de uma forma que os cidadãos possam ter a segurança de que não haverá «caça ao homem» quando faz o pedido de legalização da residência

Sei que, por exemplo, nos últimos anos em que o Sr Deputado Carlos Encarnação esteve no Governo, as autorizações individuais atingiram cerca de 5000 pessoas por ano. Se se tivesse mantido esse ritmo. Aliás, uma das perguntas que quero formular é esta: quantos imigrantes clandestinos têm sido regularizados ao abrigo dessa disposição casuística?

Uma segunda Sr Secretário de Estado, não lhe parece que a Europa se devia entender para proceder à harmonização de processos de recepção de imigração legal? Os imigrantes que chegam a Portugal são precisos! Então, vamos recebê-los legalmente, vamos negociar com os PALOP, com o Brasil, não só nesta área da construção civil, mas em muitas outras, porque necessitamos deles! Vamos recebê-los de uma forma legal, à partida com todas as garantias e todos os direitos!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o tempo de que dispunha está esgotado. Peço-lhe que conclua

A Oradora — Sr Presidente, concluo sublinhando que era bom que a União Europeia soubesse entender-se não só para a regularização dos clandestinos, mas para o acolhimento e integração imigração legal, isto é, não

apenas para reprimir, mas para receber os imigrantes como cidadãos

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Interna, começaria, sobretudo na pessoa do Sr Presidente da Assembleia da República, por lamentar que estas sessões, que deviam ser as mais nobres do sistema de escrutínio parlamentar, tenham tamanha escassez de presenças

Pelo menos, na bancada do CDS-PP, para usar uma expressão bizarra com que ontem nos mimosaram, estão ainda umas tantas «moscas», mais do que os «dunduns» aqui da bancada ao lado

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Mas as vossas «moscas» estão de pernas para o ar!

O Orador — Em qualquer caso, a pergunta que tenho para formular ao Sr Secretário de Estado parte do seguinte pressuposto. O problema da imigração tem de ser entendido de uma forma humana e humanista, o que implica reconhecer, como é óbvio, que a liberdade de circulação é um direito humano, que há leis da demografia que tornam, pelo menos do ponto de vista da racionalidade económica, inevitável e necessária a imigração e ainda porque nos detemos em razões de proximidade, face a territórios e culturas que nos são extraordinariamente próximos, que falam a nossa língua e, portanto, é natural que procurem o nosso destino, e ainda por razões de reciprocidade, porque, se Portugal é, hoje, um país que começa a ter alguns problemas na área da imigração, durante muitas décadas, foi um país de emigração. E quem foi acolhido tem de saber acolher

Isto tudo do ponto de vista da expressão do que, em nosso entender, é o modelo teórico para enfrentar a questão da imigração

Por outro lado, dando-se a circunstância de V Ex<sup>a</sup> — embora muito ocupado com as polícias — também ter responsabilidades comunitárias neste momento, e um pouco na linha do que fez a Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Aguiar, perguntar-lhe-ia qual é a visão europeia e comunitária que tem do problema da imigração

Há, evidentemente, uma visão idílica, que se traduzirá no seguinte: qualquer imigração terá de ser legal. Só que essa é uma política que vai sempre atrás dos acontecimentos, que não os sabe prever e que, provavelmente, condena, até pela ineficiência dos Estados, a imigração ilegal a situações absolutamente condenáveis do ponto de vista social, aos ghettos que todos nós conhecemos. Aliás, para ser exacto e completamente franco, penso que o Estado português convive com a imigração ilegal debaixo dos seus olhos e só quando morre alguém numa construção pública, numa ponte que está a ser construída como obra de regime, é que se descobre que aquele imigrante, afinal, era ilegal. Mas o Estado sabia perfeitamente que havia ali imigrantes ilegais

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe que conclua

**O Orador** — Concluo já, Sr Presidente.

Gostava apenas de perguntar ao Sr Secretário de Estado se não considera preferível a esta visão, que diria idílica, uma visão prudente, que é a da capacidade de previsão

Sendo a imigração um fenómeno não só inevitável como, em tese, aceitável, por variadíssimas razões, não considera que é preferível os Estados, no domínio da União Europeia, terem uma capacidade de projectar aquilo que social e institucionalmente podem integrar de forma justa e humana para não terem de conviver sistematicamente com esse problema de estar sempre à procura de regularizações daquilo que não souberam prever?

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)**. — Tem a palavra o Sr Deputado Mota Torres

**O Sr Mota Torres (PS)**. — Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup>s Deputados, Sr Secretário de Estado, é natural e legítima a preocupação trazida a esta Câmara, perante V Ex<sup>a</sup>, sobre a matéria em apreço. Curiosamente, não é uma matéria nova. É uma matéria que preocupa a Europa e o Conselho da Europa desde meados da década de 80. Adoptaram-se já no Conselho da Europa inúmeras resoluções tendentes a controlar esse fenómeno não apenas nessa década mas também em toda a década de 90, que ia no sentido de observar, monitorizar, aqueles que eram, e são, os novos países de imigração na Europa e que são basicamente os países da Europa do Sul, nomeadamente Portugal

Nessa altura, a preocupação foi já tão grande que se relançou, no âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o debate sobre o diálogo e interdependência Norte/Sul, no sentido que esse diálogo pudesse contribuir de alguma forma para que os fluxos migratórios de Sul para Norte, nomeadamente dos países do Magrebe para o sul da Europa, pudessem vir a ser controlados pela melhoria das condições económicas em cada um desses países

Entretanto, institucionalizou-se e abriu-se o espaço Schengen e Portugal teve, como a Espanha e outros países do Sul, um desenvolvimento económico que tornou Portugal atractivo para fluxos migratórios crescentes e cada vez mais significativos

Acontece que, face a esta pressão e a esta procura crescente por parte desta imigração, no grosso perfeitamente identificada e identificável, não é fácil a um país, que tradicionalmente, como já aqui foi dito, lidou com fenómenos de emigração, passar a lidar com fenómenos de imigração com a mesma facilidade e com o mesmo à-vontade.

Quero aproveitar esta oportunidade para subscrever inteiramente o discurso do Sr Secretário de Estado, nomeadamente na parte em que se refere aos abusos a que esse tipo de imigração está necessariamente sujeita, pela falta de critério, pela falta de cuidado que esta pode trazer na tentativa normal e humana de normalizar a situação da imigração ilegal em Portugal

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de formular a sua pergunta

**O Orador** — Vou terminar, Sr Presidente

Sendo certo que estas movimentações, hoje, são objecto de inúmeros apelos de variadíssimas entidades e devem ter uma correspondência positiva por parte do Governo, não é menos verdade que a legalização da imigração, hoje clandestina, deve ter em atenção um clima pacífico e de normalidade social que o Governo deve assegurar. Neste sentido, pergunto ao Sr Secretário de Estado quais são as medidas que o Governo pretende adoptar para que essa integração se faça num clima democrático, de liberdade, de abertura e de comunhão pacífica entre todos os cidadãos portugueses

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)**. — Tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

**O Sr António Filipe (PCP)**. — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, o diagnóstico que fez nós conhecemos-lo — aliás, creio que o Sr Deputado Luís Fazenda fez a pergunta sabendo perfeitamente qual era a realidade, que é aquela que o Sr Secretário de Estado aqui veio reflectir

O Sr Secretário de Estado reconhece que o problema existe, reconhece que o problema tem tendência para se agravar, e não para diminuir. só não nos disse como é que o Governo o tenciona encontrar uma solução que ajude a resolver o problema. Isto porque manter a situação como está não só não resolve coisa nenhuma como até beneficia o infractor

Não podemos confundir os criminosos que desenvolvem e que beneficiam com as redes de imigração clandestina com os próprios trabalhadores que vêm para Portugal em situação ilegal à procura de encontrar os meios de sustento que não conseguem encontrar nos seus países e manter a situação de ilegalidade desses trabalhadores está a beneficiar o infractor, está a beneficiar quem beneficia com a sobreexploração a que esses trabalhadores são submetidos. Portanto, tem de se encontrar uma solução para este problema.

Não somos adeptos de um novo processo extraordinário de legalização, mas pensamos que se se fizesse seria melhor do que nada. É que temos experiência de processos extraordinários de legalização que foram importantes, porque permitiram regularizar a situação de um número significativo de pessoas, mas verificou-se que os problemas recomeçaram no dia seguinte. Aliás, o último processo extraordinário de legalização deu origem a um contencioso que se arrastou durante anos — e nem sei se já estará encerrado — e, nos anos que se lhe seguiram, o próprio processo fez mais parte do problema do que da solução.

A questão importante é a de saber como é que se vai resolver este problema. O Sr. Secretário de Estado criou-nos uma expectativa relativamente à revisão do Decreto-Lei n.º 244/98, a lei de estrangeiros. Muito bem, é importante rever esse decreto-lei, que é do Governo do Partido Socialista, que consagra uma política de imigração de portas absolutamente fechadas, estando a conduzir ao resultado que hoje conhecemos. Portanto, é inegável que tem de ser alterado, e ainda bem que o Governo o reconhece. Simplesmente, a alteração vale para o futuro, mas precisamos de saber como é que o Governo vê a resolução do problema dos tais, ao que se diz, 30 000 tra-

lhadores imigrantes que estão em situação ilegal neste momento Faz parte da resolução do problema encontrar um critério de solução para a legalização.

Nós propusemos uma solução, através de um projecto de lei que apresentámos nesta Assembleia, e cuja discussão estamos a aguardar No entanto, seria importante não apenas teorizar como se poderá vir a encarar estes problemas no futuro, mas, repito, encontrar um critério de solução para os que, já neste momento, estão em situação ilegal e que devem ter a possibilidade de a ver regularizada, para bem dos próprios e também da sociedade portuguesa, que nada beneficia com a permanência destas situações

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Secretário de Estado da Administração Interna, tem a palavra para responder, dispondo de 7 minutos

**O Sr Secretário de Estado da Administração Interna** — Sr Presidente, a generalidade das questões incide sobre o mesmo tipo de matérias, pelo que, se me dão licença, e sem desprimo pelas perguntas de cada um dos Srs Deputados, responderei de uma forma global, sem prejuízo de ficar ao dispor para esclarecer algum outro pormenor

Em primeiro lugar, quero sublinhar que esta matéria tem de ser tratada com o maior cuidado ao nível da divulgação pública das medidas que sejam assumidas em cada momento

Na verdade, bastou que uma associação dos Açores, muito pouco conhecida, com pouca actividade pública, tivesse divulgado à comunicação social, por uma qualquer razão que não conseguimos descobrir até hoje, que ia encetar-se um novo período de regularização extraordinária de imigrantes ilegais para que, às 8 horas da manhã do dia seguinte, estivessem 500 pessoas à porta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,

**O Sr António Filipe (PCP)** — Mas estão sempre!

**O Orador** — Além das que já lá estão normalmente! Continuando, de entre essas pessoas, 12 tinham vindo de Paris, à espera da regularização prometida pela tal associação. Devo dizer que as próprias pessoas é que o declararam a quem as atendeu

Sem tornar esta minha explicação interactiva, devo dizer que quaisquer medidas que venham a ser assumidas nesta matéria devem respeitar o princípio de serem implementadas sem serem anunciadas previamente, por forma a impedir que, antes mesmo dos próprios imigrantes ilegais, toda a rede de tráfico de pessoas relacionada com a imigração ilegal, que está montada por profissionais, possa preparar-se para satisfazer os seus interesses, naturalmente não atendíveis à custa disso mesmo

Neste contexto, e tendo em conta que tal cuidado é essencial, há outro critério que deve ser respeitado, que é o de não beneficiar o infractor, por assim dizer Nestas matérias, não há que dar razão àquelas pessoas que, juntamente com o preço da respectiva viagem, pagaram um *fee*, uma quantia em que se inclui a garantia da legalização Não é legítimo que, em Portugal, ainda que ao fim de dois, três ou quatro anos, possamos dar razão àqueles que, em qualquer parte do mundo, na Ucrânia, na

Moldávia, na Guiné, em Angola, algum dia prometeram a alguém que se lhes comprasse o direito de ingressar em Portugal por vias ilegítimas, ilegais, estava a comprar, simultaneamente, uma possibilidade de regularização como imigrante legal no nosso país

Nesse contexto, estando cientes de que temos um acumulado, perfeitamente conhecido e visível para todos nós, também estamos cientes de que não podemos dar o benefício a essas pessoas que recorreram a métodos ilegítimos e ilegais para continuarem no nosso país Naturalmente, temos de as tratar com humanidade, à face da lei, mas sem beneficiarmos excessivamente os infractores

Como tal, o que se propõe não é tratar essas pessoas com falta de dignidade e humanismo mas, sim, que elas tenham o mesmo tipo de tratamento que têm todos os outros cidadãos que se candidatem e queiram vir trabalhar legalmente em Portugal O que temos de fazer, e que declarei na intervenção inicial que iríamos fazer, é flexibilizar as regras de concessão de autorização de residência e de visto de trabalho, eventualmente temporário, para que, ao virem para o País, as pessoas conheçam as regras e não possam invocar falsas promessas ou normas legais eventualmente susceptíveis de induzirem em erro para reivindicar direitos que não lhes devem ser reconhecidos, a bem do nosso país

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que deveria haver uma política comunitária nesta matéria O mercado europeu de trabalho é, hoje em dia, por natureza e definição jurídica, único e deveria também ser um mercado único para os imigrantes Os Srs Deputados sabem tão bem como eu que, embora teoricamente isso devesse ser assim, embora o Governo português até endosse essa tese, a verdade é que há países que não o fazem e que desguarnecem essa frente, tornando frágil a atitude de qualquer país que, por essa via, demonstre uma maior generosidade política, uma maior capacidade de compreender e de ter uma atitude humanista em relação a essa matéria

Sem entrar em pormenores, sabemos que a Bélgica já utilizou excepções previstas no regime de Schengen para fechar as suas fronteiras por forma a verificar todos os que entram e saem do país tornando mais rigoroso esse ingresso Se não formos rigorosos da mesma maneira, sem precisarmos de recorrer a excepções do regime de Schengen, mas apenas fazendo cumprir a legislação que temos no nosso país e a que estamos em condições de fazer aprovar, o nosso país servirá como válvula de escape para todos os que não encontram acolhimento noutros países europeus, o que, francamente, não queremos que aconteça

A capacidade de previsão de acolhimento do nosso mercado de trabalho é algo de essencial, como o é também a capacidade de acolhimento da nossa sociedade, em termos de tolerância com o nível de imigração que deve existir no nosso país. E são esses dois factores, naturalmente susceptíveis de uma quantificação, desde que baseada em critérios sociais que não são facilmente traduzíveis em números, que têm vindo a preocupar o Governo

Foi constituído um grupo de trabalho que inclui representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, do Ministério da Administração Interna, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Alto Comissário para as Minorias Étnicas, no sentido de fixar o melhor possível os níveis adequados de que a nossa economia precisa para continuar a desenvolver a sua actividade com a pujança que todos desejamos

Depois de esse trabalho estar feito — e está praticamente concluído —, é que será possível definir, em concreto, as regras que devem ser alteradas, as normas que devem ser modificadas no decreto-lei que estamos a analisar para que essas modificações se façam tendo em conta uma quantificação muito precisa, muito exacta e, sobretudo, muito apropriada às circunstâncias que vivemos no nosso país, sobre os níveis de imigração que aqui devemos acolher.

Srs. Deputados, espero ter prestado as informações adequadas e espero que tenham compreendido que a alteração legislativa que acabei de referir se insere no que chamo de método ordinário de regularização de imigrantes em situação ilegal. Saliento que, quando se fala em método ordinário por oposição a extraordinário, tal refere-se à aplicação dos critérios legais que devem, em cada momento, ser vigentes no nosso país.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Pediram a palavra, para interpelar a Mesa, os Srs. Deputados Paulo Portas, Manuela Aguiar e Luís Fazenda. Especialmente dado o adiantado da hora, peço-lhes que façam verdadeiras interpelações.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Sr. Presidente, quero apenas, através de V. Ex.º, para seguir formalmente a figura em causa, chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado para o facto de, podendo compreender-se a reserva em alguns aspectos desta política, não se poder compreender o segredo.

V. Ex.º diz «Por se ter sabido, aliás erroneamente, que iria ser aberto um novo processo, algures já se fez um ajuntamento de 500 almas». Mas, Sr. Secretário de Estado, estamos em democracia, a política de imigração é uma política fundamental, por isso não pode estar à espera que aceitemos conhecer os factos só depois de consumados. A política discute-se antes de ser executada e não depois de decidida.

Era apenas para isto que queria chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Aguiar.

**A Sr.ª Manuela Aguiar (PSD):** — Sr. Presidente, é para, através da Mesa, voltar a colocar ao Sr. Secretário de Estado uma pergunta que fiz e não foi respondida o dossier de imigração legal é, em Portugal, infelizmente, uma porta fechada, mas o processo de regularização pontual não o é, por isso, pergunto ao Sr. Secretário de Estado quantos imigrantes clandestinos têm visto a sua situação resolvida satisfatoriamente todos os anos, desde 1996. Gostaria, se fosse possível, desse esclarecimento do Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, é também, para através da Mesa, comunicar ao Sr. Secretário de Estado que, se foi aqui adiantado que o segredo será a alma desta política e que haverá uma flexibilização dos

métodos ordinários, gostaríamos, no futuro, de saber por que é que, nestes últimos meses, nestes últimos anos, não tem havido essa flexibilização. Provavelmente, na 1.ª Comissão, isso será objecto de um bom debate.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Lembro ao Sr. Deputado que a política de segredo foi fundamental para os descobrimentos marítimos! Talvez o Sr. Secretário de Estado esteja imbuido desta noção por causa das comemorações dos 500 anos do Achamento do Brasil!

O Sr. Secretário de Estado quer fazer alguma interrogação à Mesa?

**O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna:** — Sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Então, dar-lhe-ei a palavra para concluir.

**O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas dizer que nesta matéria vigora, naturalmente, não o segredo mas a reserva necessária de que a lei não produz efeitos antes de ser produzida e antes de entrar em vigor.

Tendo o Governo a capacidade jurídica de produzir essa legislação e tendo a Assembleia a capacidade jurídica de a chamar a ratificação, é perfeitamente possível que cada um de nós escolha os seus tempos próprios para definir quais são as suas orientações políticas, aquilo que vai fazer, e não ceda à tentação, sob pressão dos Srs. Deputados, de vir aqui desvendar coisas que não devem sê-lo antes do momento próprio.

Os Srs. Deputados perceberam quais são as motivações do Governo.

Eu, naturalmente, não me senti incomodado também com a pressão que fizeram, incluindo o Sr. Deputado Paulo Portas e as suas «moscas».

**A Sr.ª Natalina Moura (PS):** — Agora já estão menos!

**O Orador:** — mas a verdade é que, nesta matéria, deve vigorar, por maioria de razão e pelas razões que foram aqui aduzidas, esta explicação.

De qualquer forma, em benefício da Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, devo dizer que o nível de regularizações ordinárias que têm sido autorizadas nos últimos anos está ao mesmo nível das que eram autorizadas pelo Sr. Deputado Carlos Encarnação quando era Secretário de Estado.

**A Sr.ª Manuela Aguiar (PSD):** — 5000 por ano!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária, realizar-se-á na próxima quarta-feira, dia 3 de Maio, às 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia com a discussão conjunta dos projectos de lei n.ºs 90/VIII, 112/VIII, 148/VIII e 162/VIII e dos projectos de lei n.ºs 44/VIII e 146/VIII.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 40 minutos*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 Carlos Manuel Luís  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José da Conceição Saraiva  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Victor Brito de Moura

**Partido Social Democrata (PSD)**

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José David Gomes Justino  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Manuel Castro de Almeida  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

**Partido Comunista Português (PCP)**

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 Ana Margarida Lopes Botelho  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

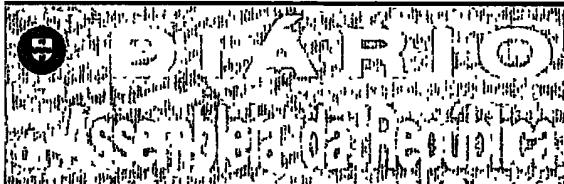
**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

Basilio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Fernando Alves Moreno  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL**



*Depósito legal n.º 8818/85*

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 320\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**